

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DA ECT – EXERCÍCIO 2011

À Sociedade Brasileira,

Apresentamos aqui o Relatório de Administração 2011, procurando mostrar os caminhos trilados pela empresa no primeiro ano de gestão do Governo da Presidente Dilma Rousseff. Houve conquistas muito importantes e superação de dificuldades que nos fazem crer que foi um ano profícuo para a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT).

Foi estabelecido um Planejamento Estratégico de longo prazo, visando chegar ao ano de 2020 como uma empresa de classe mundial, que na definição da Fundação Nacional da Qualidade (FNQ):

“A expressão é utilizada para caracterizar que uma empresa está entre as melhores do mundo em gestão organizacional, independentemente de adotar um modelo já conhecido ou criar o seu próprio. São organizações que se destacam pelas suas práticas e respectivos resultados, promovem interna e externamente a reputação da excelência dos produtos e serviços que oferecem, contribuem para a competitividade do País e, de alguma forma, para a melhoria da qualidade de vida da sociedade”.

Nesse primeiro ciclo do planejamento, que vai de 2011 a 2014, foram estabelecidas ações que estão bem direcionando a empresa e que deram grande motivação ao seu corpo funcional.

No dia 16 de maio foi assinado o Decreto nº 7.483, que trouxe uma nova estrutura de governança para a ECT, com a vedação do Presidente do Conselho de Administração ser o presidente da empresa; com a instituição de uma Assembleia Geral para o proprietário participar da vida da entidade; com a transformação das diretorias em vice-presidências e com a criação de duas novas vice-presidências, buscando maior dinâmica nos processos de trabalho.

Com a aprovação da Lei nº 12.490, em setembro, os Correios adquiriram a possibilidade de atuar com subsidiárias, possuir participações acionárias e atuar no exterior, conquistando com isso flexibilidade e robustez que permitirão continuar na disputa da liderança do mercado concorrencial de encomendas e outros produtos no Brasil.

Foi realizado um concurso público para preenchimento de 9.190 vagas nas mais diversas áreas da empresa, principalmente para o cargo de carteiro, que resultou, até o final do ano, na contratação de mais de oito mil empregados desse concurso.

A frota de veículos está sendo renovada, sendo que foram firmados contratos para aquisição de 5.758 novos veículos. Foram abertas 65 novas agências de Correios em todo o país, nova licitação para concessão de franquias e vários estudos estão sendo feitos para melhorar a qualidade e a abrangência do atendimento à população.

Após 10 anos, uma nova busca por parceiro para o Banco Postal se fazia necessária, em razão do término de vigência do contrato no final de 2011. No processo de seleção, em 31/05/2011, sagrou-se vencedor o Banco do Brasil S/A, coincidentemente o parceiro dos Correios no experimento piloto quando do início dos estudos sobre o Banco Postal. Agora, com o arremate de R\$ 2,3 bilhões mais os valores por agência e por operações, trouxe à ECT, mediante a parceria, nova oportunidade de rapidamente perseguir suas metas de expansão do atendimento, com perspectivas positivas de negócios para as duas instituições.

A assinatura do contrato se deu dia 01/07/2011 e de lá até o dia 02/01/2012, data programada para início das operações, complexo e exaustivo trabalho foi desencadeado. Algumas transações, tais como as operações de conta ativa, cartão de crédito ativo, saldo poupança/corrente e agências inauguradas, que antes não eram remuneradas aos Correios passaram a ser a partir do novo contrato.

Houve muitos percalços a superar, sem dúvida, e a greve parcial dos empregados foi um deles. Buscou-se sempre uma solução equilibrada, procurando respeitar os interesses das partes, mas com a consciência de que acima desses está o interesse maior da sociedade brasileira.

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos é uma empresa com longa história de serviços prestados e patrimônio do povo do Brasil. Nosso dever à frente de sua gestão é engrandecê-la com respeito e zelo. A Diretoria Executiva acredita estar no caminho certo para cumprir essa missão.

PERFIL DA ECT

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, sediada no Setor Bancário Norte – Quadra 1 – Bloco A - Brasília - DF, CEP 70002-900, inscrita no CNPJ 034028316/0001-03, é pública de direito privado, vinculada ao Ministério das Comunicações, criada em 20 de março de 1969 pelo Decreto-Lei nº 509, regida pela legislação federal e por seu estatuto.

A infraestrutura postal exerce uma grande influência no crescimento e desenvolvimento do Brasil, ao tempo em que proporciona à população brasileira, distribuída nos 5.565 municípios do País, acesso aos serviços postais e aos serviços financeiros, oferecendo a possibilidade de encaminhamento e recebimento de objetos postais - cartas, telegramas e encomendas - e viabilizando ainda a prestação de serviços de transferências financeiras - pagamento de contas, recebimento de benefícios, remessas de numerários e serviços bancários básicos, por meio do Banco Postal.

2. CENÁRIO ECONÔMICO E POSTAL

O ano de 2011 foi profundamente marcado pela crise financeira e fiscal dos países da Zona do Euro. Grande parte dos países do Mercado Comum Europeu sofreu rebaixamento na sua classificação de riscos para investimentos sendo que Grécia, Portugal, Irlanda e Espanha foram os que tiveram as maiores quedas. Porém, França, Itália e também os Estados Unidos (EUA) foram atingidos por rebaixamentos. Isso provocou grande desconfiança dos agentes econômicos e grande exposição de bancos internacionais com empréstimos nesses países.

As necessidades colocadas pela “Troika” (FMI, Banco Central Europeu e Comissão Européia) para ajustes dessas economias tem provocado grandes crises sociais elevando significativamente as taxas de desemprego e a revisão de benefícios sociais mantidos pelos Estados.

Apesar dos inevitáveis reflexos da crise na economia mundial, como os impactos nos preços das mercadorias, nas taxas de câmbio e outras variáveis, os países emergentes conseguiram atenuar suas consequências e manter o crescimento econômico em índices satisfatórios.

O Brasil conseguiu crescimento econômico de 2,7%, com o PIB alcançando a cifra de US\$ 2,6 trilhões. Isso colocou o país como 6º maior economia mundial, tendo à sua frente as economias dos Estados Unidos (EUA), China, Japão, Alemanha e França, conforme dados comparativos fornecidos pelo Fundo Monetário Internacional.

A inflação no Brasil alcançou o índice de 6,5% como reflexo principalmente da alta dos preços das commodities, mas ficou dentro dos intervalos da meta, pelo oitavo ano consecutivo, graças à ação governamental para reprimir a aceleração e difusão da alta de preços. A partir de agosto o Banco Central fez uma inflexão na taxa de juros que de um pico de 12,5% a.a. em julho, terminou o ano com 11%.

Importante destacar também que no ano de 2011 os indicadores de trabalho e renda apresentaram ótimo desempenho, sendo a taxa de desemprego de 4,7%, registrada em dezembro, a menor de toda a história do país. Foram gerados cerca de 1,5 milhões de novos postos de trabalho em regime celetista, sendo que a formalização alcançou 53,6% da força de trabalho. O salário mínimo teve aumento real de 66% em dez anos.

Foi nesse cenário de turbulência internacional e regularidade interna que os Correios registraram um crescimento de 8,9% em suas receitas de vendas, apresentando um lucro líquido de R\$ 883 milhões, que foi 7,8% maior que o ano anterior.

3. TENDÊNCIAS DO MERCADO POSTAL

O advento das novas tecnologias de comunicação e informação, a aceleração do processo de globalização, a melhoria dos meios de transportes, o aumento da expectativa de vida das populações em todo o Planeta, o aumento da complexidade das sociedades, a contínua migração das populações para as áreas urbanas e a preocupação com o meio ambiente estão colocando novos desafios para vários setores da economia em todo o mundo e, em especial, para o setor postal.

Como infraestrutura secular, o setor postal integra regiões em todo o mundo, fornece serviços físicos e eletrônicos com base em plataformas multimídias, realiza a distribuição de mercadorias e documentos, processa cobranças, pagamentos, fornece logística, conecta indivíduos e empresas, fomenta as trocas comerciais, promove o desenvolvimento e a coesão social e ajuda as empresas a expandirem-se mundo afora. Esses papéis dos Correios, contudo, estão sendo pressionados pelos novos comportamentos dos consumidores, os quais estão cada vez mais informados, exigentes e mais adeptos aos novos meios de comunicação e informação.

O setor postal mundial na realidade já registra uma queda dos volumes de correspondências em suporte de papel em função do efeito substituição da comunicação postal tradicional pelos novos meios de comunicação e informação e vários Correios, em especial os dos países desenvolvidos e os dos países membros da União Européia, há muito estão se reinventando para permanecerem relevantes aos cidadãos e sobreviverem aos ventos das grandes mudanças sem se tornarem fardos financeiros para as sociedades.

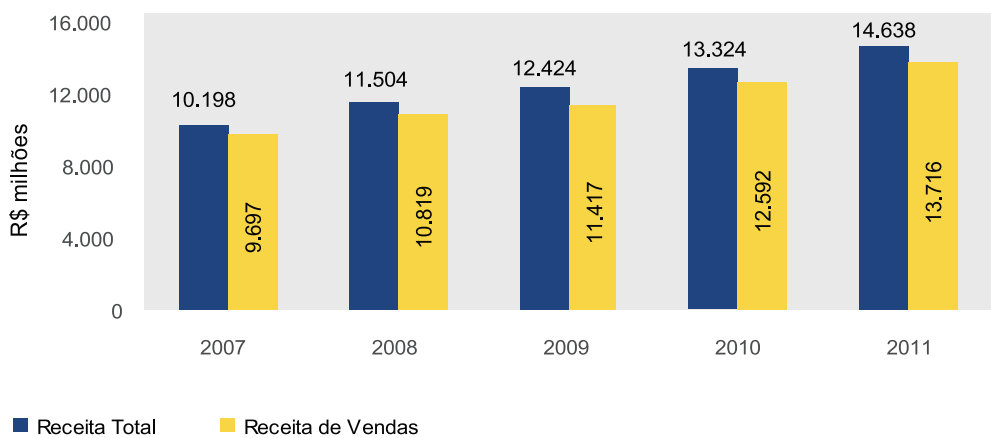
No bojo dessas reinvenções, as principais iniciativas escolhidas por aqueles Correios, as quais já podem ser consideradas tendências para o setor postal, são: focar os clientes, ampliar as ofertas customizadas, realizar a gestão estrita de custos em todos os eventos da cadeia produtiva postal, com eliminação radical de atividades de apoio que não estejam agregando valor às atividades finais, promover a automação, fortalecer os negócios de encomendas, explorar o e-commerce, diversificar os negócios em especial para as chamadas atividades adjacentes ao setor postal, expandir geograficamente para ganhos de escala e escopo, aumentar a competitividade, mudar os formatos jurídicos para obtenção de flexibilidade comercial, negociar para promover mudanças nas regulamentações dos mercados postais em todo o mundo, constituir subsidiárias, comprar participações acionárias em empresas que tenham sinergias com os negócios postais, aumentar a verticalização da cadeia produtiva postal, incorporar novas tecnologias, aumentar as interfaces com os clientes, inovar sistematicamente (novos produtos e serviços, novos mercados, novos processos) e adotar uma política clara em prol do social e do meio ambiente.

O ano de 2011 abriu muitas possibilidades para a atuação da ECT. A Lei nº 12.490 de 16 de setembro de 2011 permite que a ECT tenha atuação no território nacional e no exterior, bem como que, dentro das atividades compreendidas em seu objeto, constitua subsidiárias e adquira o controle ou participação acionária em sociedades empresárias já estabelecidas. A exploração dos serviços postais de logística integrada, financeiros e eletrônicos também é permitida. Por esta Lei, obedecida a regulamentação do Ministério das Comunicações, a ECT pode firmar parcerias comerciais que agreguem valor à sua marca e proporcionem maior eficiência de sua infraestrutura, especialmente de sua rede de atendimento.

4 - RESULTADOS

A ECT, ao longo dos últimos cinco anos, apresentou significativa expansão dos seus negócios se comparada ao desempenho médio do produto nacional, refletida pelo crescimento médio de 9,5% a.a. nas suas receitas totais, o que representa um adicional de faturamento médio anual de cerca de R\$ 1,1 bilhão. De fato, enquanto em 2007 os negócios da empresa estavam restritos a R\$ 10,2 bilhões, em 2011 a ECT atingiu um faturamento da ordem de R\$ 14,6 bilhões, comandado, principalmente, pelo crescimento de suas receitas de vendas que, no último exercício, elevou-se em R\$ 1,1 bilhão de reais.

ECT - Evolução das Receitas Totais e de Vendas



Na realidade, analisando-se o desempenho das receitas totais da ECT entre 2007 e 2011, constata-se que, dos R\$ 4,4 bilhões de recursos gerados, 90% são provenientes da expansão das vendas de produtos e serviços postais.

Especificamente quanto ao desempenho das receitas de vendas de produtos e serviços postais, observado em 2011 em relação ao exercício anterior, identifica-se uma elevação de 8,7%. Destaca-se que a receita de vendas totalizou R\$ 13,7 bilhões, representando 97,7% da meta de vendas estabelecida.

Podemos mencionar como destaques na expansão das vendas o faturamento obtido com o serviço de Franqueamento Autorizado de Cartas (FAC), que atingiu o montante de R\$ 4,3 bilhões, representando uma variação de 10,3% em relação a 2010; as vendas de SEDEX, que expandiram em 14,6% as receitas observadas no exercício anterior, totalizando R\$ 3,1 bilhões; e a prestação do serviço postal de cartas, com crescimento de 14,5% em relação a 2010, atingindo R\$ 2,1 bilhões.

As receitas financeiras também contribuíram positivamente para o comportamento da receita total em 2011, com variação de 47,5%, fundamentalmente pelo crescimento da rentabilidade das aplicações financeiras, em função do ingresso de recursos decorrentes da contratação do novo parceiro do Banco Postal.

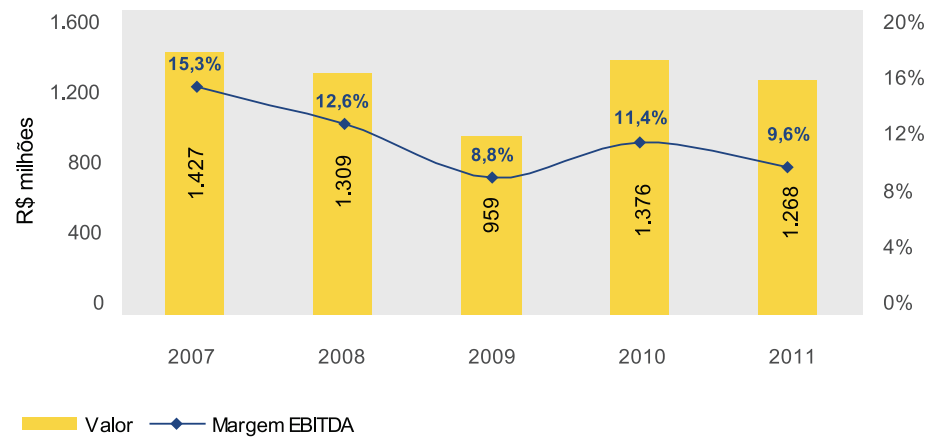
As despesas totais da ECT atingiram R\$ 13,8 bilhões, o que representou um crescimento de 10,4% em relação a 2010, justificado em grande parte pelos impactos do Acordo Coletivo de Trabalho, das contratações de empregados efetivadas no exercício e das despesas extraordinárias com mão-de-obra temporária.

(Footnotes)

¹ Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização.

Analisando-se o desempenho da ECT por meio do indicador EBITDA, verifica-se que a empresa tem conseguido ampliar sua capacidade de geração de caixa operacional, refletida pelo montante médio anual da ordem de R\$ 1,2 bilhão no período 2007-2011, o que demonstra que a geração de caixa operacional vem crescendo a uma taxa média superior a 20% a.a., observada nas receitas de vendas da ECT no período em análise.

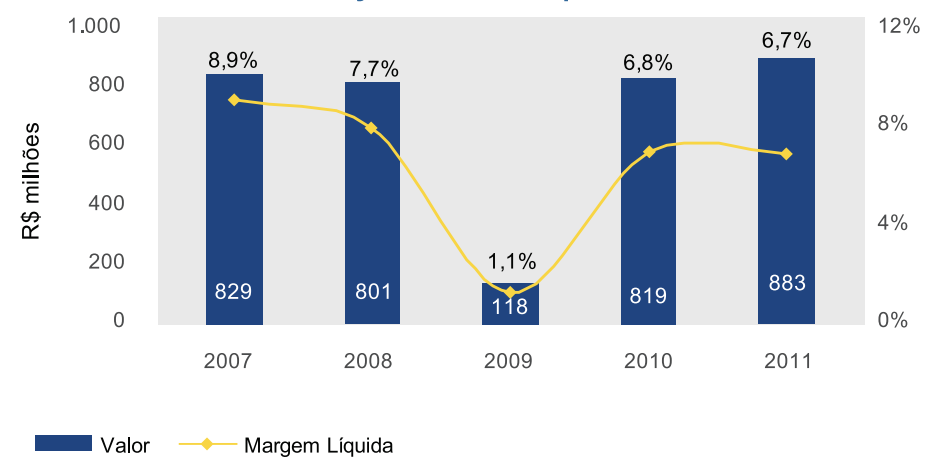
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos Evolução do EBITDA



O EBITDA da empresa apresentou uma variação negativa de 7,8% na comparação com o ano anterior. Este resultado foi impactado pelo acréscimo da despesa total em percentual superior ao da receita total, principalmente em função do aumento das despesas de pessoal (9,4%) e de serviços de pessoas físicas e jurídicas (52,3%), decorrente da contratação de mão-de-obra temporária para suprir as demandas operacionais da ECT.

No que se refere à margem do indicador em 2011, verifica-se que a relação EBITDA / RLV (Receita Líquida de Vendas) ficou em 9,6%, abaixo da prevista, que era de 11,8%, e do realizado em 2010, 11,4%.

Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos Evolução do Lucro Líquido



Analisando-se o comportamento dos lucros da ECT no período 2007-2011, pode-se afirmar que a ECT vem obtendo resultados significativos, superiores a R\$ 800 milhões anuais, ressalvado o lucro do ano de 2009, impactado de R\$ 880 para R\$ 118 milhões pelo registro da diferença da Reserva a Amortizar do fundo de pensão Postal. Tal fato vem demonstrando a capacidade da ECT de expansão contínua de suas atividades, por meio da geração positiva de resultados, bem como da capacidade de financiamento próprio de seus investimentos.

Quanto ao desempenho econômico da Empresa em 2011, depreende-se que o crescimento de 7,8% do lucro líquido em relação a 2010 foi parcialmente afetado, conforme já mencionado, pela redução da demanda postal decorrente de movimentos paredistas por um lado, e, por outro, pela elevação das despesas com serviços terceirizados e das despesas com variação monetária, em função do recolhimento à União da parcela de lucros que estava destinada ao aumento de capital.

5 - NEGÓCIOS

Em 2011 foi implantada nova estrutura organizacional na ECT, a qual desmembrou a área comercial em duas Vice-Presidências: a de Negócios e a de Rede e Relacionamento com os Clientes. Essas novas áreas concentrarão esforços na busca pela excelência e inovação dos produtos e serviços, visando ao atendimento das necessidades e expectativas dos nossos clientes e da sociedade.

Banco Postal

A receita proveniente da prestação dos serviços de correspondente bancário alcançou R\$ 322 milhões. Foram abertas mais 800 mil contas, atingindo a marca histórica de 11 milhões de contas desde o início das operações em 2002, distribuídas em 5.272 municípios, 95% dos municípios brasileiros. Ressalta-se a seleção do novo parceiro do Banco Postal, em decorrência do encerramento do contrato com o Bradesco no final de 2011. Sagrou-se vencedor do processo licitatório o Banco do Brasil, com o pagamento de R\$ 2,3 bilhões.

Encomendas

O segmento de encomendas foi marcado por melhorias incrementais ocorridas nos diversos serviços de encomendas e, em especial, a ampliação das dimensões dos pacotes, há muito requerida pelo mercado.

Novos serviços também foram desenvolvidos, com lançamentos programados para 2012: o SEDEX12 (expansão da entrega em localidades não atingidas pelo SEDEX10), Logística Reversa Simultânea em Agência (permitirá ao cliente final a troca de um produto defeituoso nas agências da ECT), Pagamento na Entrega (evolução do SEDEX a Cobrar com pagamento via Vale Postal Eletrônico), SEDEX Agrupado (permite o envio simultâneo de vários pacotes e uma única nota fiscal).

Em relação aos resultados, o e-SEDEX experimentou crescimento de 36% na quantidade de encomendas, percentual maior do que o do varejo eletrônico brasileiro que, segundo dados do mercado, cresceu 26% em 2011. Isto demonstra que os Correios ampliaram sua participação no comércio eletrônico, mantendo a posição de liderança no segmento.

Mensagem e Marketing Direto

A partir de um cenário marcado pela substituição das soluções físicas por soluções eletrônicas e digitais, a implantação do Correio Digital, em caráter prioritário, para o segmento de justiça, demonstra a capacidade da empresa em responder, de forma inovadora, às demandas de mercado. Nessa direção o Franqueamento Autorizado de Cartas (FAC), serviço mais representativo do segmento, teve mudanças significativas nas regras de negócio, adequando o serviço às principais demandas dos clientes estratégicos.

Já o portfólio de marketing direto, complemento importante do mix de comunicação das empresas, foi reformulado, com implantação prevista em 2012.

O Diretório Nacional de Endereços, ferramenta largamente utilizada pelo mercado brasileiro, foi modernizado e simplificado, passando a ser operado exclusivamente em plataforma WEB.

Internacional

Na atuação junto a organismos internacionais a ECT participou ativamente nos trabalhos desenvolvidos no âmbito da União Postal Universal (UPU), da União Postal das Américas, Espanha e Portugal (UPAEP) e da Associação Internacional das Comunicações de Expressão Portuguesa (AICEP). Nesse sentido, a ECT comprometeu-se a apoiar tecnicamente o Acordo firmado entre o Governo brasileiro e a União Postal Universal, que tem como objetivo levar, aos países em desenvolvimento, a experiência brasileira com o serviço Exporta Fácil, que foi a base para a implantação do projeto de exportação por via postal na América do Sul. Ainda na esfera de governo, a ECT apoiou os trabalhos do Ministério das Comunicações no âmbito da regulamentação postal do Mercosul.

No âmbito das trocas internacionais cabe destaque a contratação de novo operador logístico internacional para entrega do SEDEX MUNDI, com início previsto para 2012, que garantirá os prazos e qualidade da marca SEDEX para quem quiser enviar documentos e mercadorias para qualquer destino no exterior.

Filatelia e Conveniência

A Filatelia dos Correios do Brasil contribui para a difusão da cultura nacional e promoção positiva da ECT. Em 2011, dando continuidade à Série Relações Diplomáticas, houve o lançamento de emissões comemorativas às relações com o Paraguai, a Ucrânia, a Itália, a Bélgica, o Qatar e República da Sérvia. Para incentivar o colecionamento de selos e promover a Filatelia foram realizadas a Exposição Filatélica Pantanal, em Campo Grande/MS, e a Exposição Nacional BRAPEX 2011, em Recife/PE.

Também foram lançados oito motivos de Selos Personalizados, com temas focalizando turismo, arquitetura, datas comemorativas, e 30 emissões de selos comemorativos focalizando personalidades, artes, fauna, flora, arquitetura, cultura, dentre outros. Algumas emissões foram impressas com recursos especiais, como em “Árvores Brasileiras”, que apresentou instruções de corte diferenciada da folha de selo. Como inovação foram utilizadas tintas visíveis apenas à luz ultravioleta, como na emissão “Caixas de Correios”, ou, ainda, aplicação de tintas douradas ou vernizes, como no Bloco de Natal e “Centenário do Teatro Municipal de São Paulo”.

Destaca-se a emissão “Prevenção da AIDS”, parte de campanha de conscientização promovida pelos Correios que também contemplava a distribuição de cartilhas em Unidades de Atendimento e Órgãos Públicos.

Quanto aos produtos de conveniência o destaque foi a produção de modelos de Caixa de Encomenda e Envelopes temáticos, além de Cartões-Postais, alusivos ao maior festival de música do planeta, o Rock in Rio. As caixas e envelopes lembraram equipamentos de sonorização usados pelos artistas para amplificar os sons produzidos. Ainda nos serviços de conveniência ressalta-se o início da operacionalização do Pedido do Seguro Obrigatório – DPVAT nos estados do Ceará, Piauí e Maranhão, já com demanda superior a 1,5 mil atendimentos no segundo semestre de 2011.

6 - QUALIDADE E CONFIANÇA

A qualidade operacional atingiu o índice de 89,6% dos objetos postais entregues dentro do prazo, segundo o Índice de Qualidade Operacional (IQO), representando 93,4% da meta fixada. Sua composição abrange o resultado mensal alcançado nos seguintes segmentos: Mensagens, Encomendas, Logística Integrada, Transporte e Serviço Postal Internacional.

O índice de qualidade teve esse desempenho em face de dois principais fatores. O primeiro diz respeito ao déficit de pessoal suprido parcialmente pela contratação dos aprovados no concurso público. O segundo refere-se ao movimento grevista deflagrado em 14/09/2011, que perdurou por 28 dias. Durante esse período, a ECT adotou medidas contingenciais para minimizar os efeitos da paralisação, dentre as quais se destacam os mutirões nacionais com empregados das áreas operacional e administrativa.

A exemplo dos anos anteriores, os Correios mantiveram a boa reputação diante da população, conquistando a segunda posição no ranking de instituição de maior confiança entre os paulistanos, superada apenas pelos bombeiros, conforme resultado da pesquisa realizada pelo IBOPE Inteligência, em novembro e dezembro de 2011, para a Rede Nossa São Paulo.

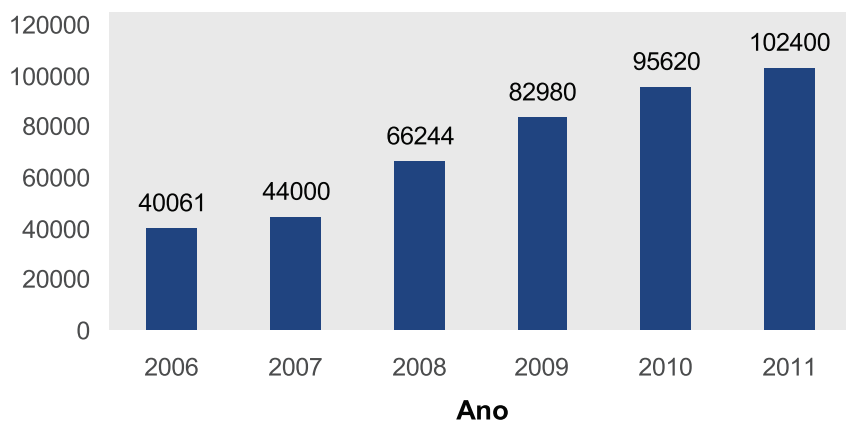
7 - PRÊMIOS

A ECT recebeu os prêmios: “Marcas de Confiança 2011” (pesquisa realizada pela Revista Seleções), “Excelência em Serviços ao Cliente” na categoria Serviços Públicos Federais (Prêmio Revista Consumidor Moderno - Editora Padrão); “Empresa de Maior Prestígio do Brasil” no setor de Serviços no Prêmio Época Negócios 100, além de ser escolhida pela 9ª vez a melhor empresa de logística no Prêmio DCI Empresas do Ano e, pela décima vez consecutiva, o Prêmio Marcas de Confiança, promovido pela revista Seleções do Reader’s Digest.

8 - EVOLUÇÃO TECNOLÓGICA

A infraestrutura de tecnologia da informação está distribuída em dois Centros Corporativos de Dados – CCDs. O ambiente tecnológico vem periodicamente aumentando o volume de dados ativos de TI, hoje com mais de 100 terabytes.

Volume de Dados (Produção)



Com o término da vigência do contrato anterior, por meio de licitação pública, a ECT firmou, em 14/04/2011, contrato com a BT Brasil Serviços de Telecomunicações Ltda., para prestação de serviço de comunicação multimídia (SCM) com a finalidade de interligar as unidades prediais da empresa por meio de rede de telecomunicações com cobertura nacional, por 60 meses. O prazo de implantação é de 12 meses a partir da assinatura do contrato, sendo que, ao final de 2011, a quantidade migrada já representava 65% do total de 7.275 enlaces contratados. Com esta providência, a ECT garante a interconexão de todas as suas unidades em uma rede corporativa de dados, propiciando a realização dos negócios e o desenvolvimento dos processos administrativos e operacionais fundamentais ao funcionamento dos Correios.

No aspecto da gestão administrativa, o Sistema de Gestão Empresarial (ERP) incorpora, a cada ano, novos processos de retaguarda das Áreas Financeira, de Pessoas, Administrativa, Comercial, Tecnologia e Operacional.

No plano de desenvolvimento de sistemas, a ECT implantou o modelo de fábricas de software, provendo melhor produtividade e eficiência às soluções corporativas de Tecnologia da Informação que sustentam as vertentes de negócio e de logística operacional.

O Sistema de Rastreamento de Objetos (SRO) aportou inovações relevantes, dentre as quais o projeto piloto do uso de aparelhos de telefonia celular pelos carteiros, que atualizarão as informações, em tempo real, de entrega e distribuição de objetos qualificados.

Com o advento do novo parceiro comercial para o Banco Postal, a solução de Tecnologia de Informação e de Comunicação (TIC) foi inteiramente revista, visando à certificação da operação, integração e ajuste das funcionalidades com o Banco do Brasil. Desta forma, foi garantida a transição sem percalços e o início da operação em janeiro/2012.

9 - INFRAESTRUTURA

A infraestrutura da ECT possui cerca de 7.300 edificações (próprias e de terceiros), com aproximadamente três milhões de metros quadrados construídos. A automação postal conta com 122 máquinas para triagem e direcionamento de cartas e encomendas, além de um diversificado parque com mais de 500 mil equipamentos convencionais e de sistemas prediais.

A malha de transporte nacional é constituída dos modais aéreos e de superfície com a finalidade de atender a transferência de carga interestadual, tendo capacidade para transportar 4 milhões de kg/dia, mediante a terceirização de serviços que conta com 16 aeronaves de pequeno e grande porte e 569 caminhões.

Quanto ao transporte e distribuição em âmbito estadual, a ECT dispõe da seguinte estrutura de recursos:

TIPO	RECURSOS		TOTAL
	PRÓPRIOS	TERCEIRIZADOS	
Aeronaves de pequeno porte	-	9	9
Veículos *	16.975	2.900	19.875

(*) Motocicletas, furgões e caminhões.

A fim de assegurar uma melhor condição ao serviço de transporte regional de carga, foram firmados contratos para aquisição de 5.758 veículos, sendo 4.510 motos, 1.150 furgões e 98 caminhões, com investimento total de R\$ 84 milhões.

Cabe ressaltar ainda, que em complemento às malhas supracitadas, há o transporte compartilhado de carga em ônibus e embarcações comerciais de transporte de passageiros, totalizando 609 linhas, sendo 597 rodoviárias e 12 fluviais. Esta logística corresponde a 20,2 voltas na Terra a cada ciclo de 24 horas.

Compõem também a estrutura logística desta empresa, 9.947 unidades especializadas nas atividades de gestão da frota, de tratamento, de entrega, de embarque/desembarque da carga, assim segmentadas:

TIPO	QUANTIDADE
Centro de Transporte Operacional	41
Terminal de Carga	8
Unidade de Tratamento	57
Unidade Distribuidora	9.817
Unidade de Logística Integrada	24
TOTAL GERAL	9.947

Foram realizadas as contratações elencadas no quadro abaixo, motivadas pela oportunidade de melhoria da Rede Postal Aérea Noturna - RPN mediante a substituição de linhas que necessitavam de ajustes quanto aos trechos atendidos e/ou capacidade de transporte de carga, e, também, por meio da inclusão de novas linhas ao conjunto que forma a malha nacional.

Período	Linhas	Trechos
Abril	7970-1	Campo Grande / Brasília / Campo Grande
Maio	A14	Porto Alegre / São Paulo / Porto Alegre
Maio	A15	Florianópolis / Curitiba / São Paulo / Curitiba / Florianópolis
Maio	B4	Rio Branco / Porto Velho / Rio Branco
Setembro	A5	Belém / Brasília / Rio de Janeiro / São Paulo / Brasília / Belém
Novembro	7907-1	Campo Grande / Goiânia / São Paulo / Goiânia / Campo Grande

10- INVESTIMENTOS

Com foco no objetivo de Aprimoramento dos Serviços Postais, a ECT deu continuidade aos seus esforços na constante busca de melhor adequar a sua infraestrutura de Atendimento e Distribuição. Para isso, realizou investimentos, nos últimos cinco anos, de aproximadamente R\$ 1,1 bilhão, sendo que em 2011 o montante investido atingiu R\$ 195 milhões, distribuídos entre ações que integram os programas finalísticos - que contribuem para a universalização dos Serviços Postais - e ações de apoio, que têm por objetivo manter e dar continuidade aos investimentos já realizados.

Em 2011 foram investidos R\$ 82 milhões em 494 obras de infraestrutura, sendo 346 na área de atendimento, 124 operacionais e 24 administrativas, propiciando a melhoria da qualidade e da produtividade operacional dos serviços prestados pela ECT, além de conforto e segurança aos seus clientes e trabalhadores.

11- ESTRUTURA ORGANIZACIONAL AJUSTADA

A estrutura organizacional da direção da empresa foi acrescida da Assembléia Geral e da Vice-Presidência de Rede e Relacionamento com os Clientes e da Vice-Presidência Jurídica.

12 - RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A ECT, comprometida com a questão socioambiental, desenvolve programas com vistas a continuamente aprimorar e diversificar sua atuação para assegurar o desenvolvimento e bem estar da sociedade. Alguns programas merecem destaque:

Jovem Aprendiz: por meio de Acordo de Cooperação assinado com o SENAI para profissionalização de jovens, foram contratados 3.811 aprendizes em todo o Brasil.

Começar de Novo nos Correios: objetiva proporcionar reinserção social e experiência profissional, os Correios contaram em 2011 com 118 apenados, em regimes aberto e semi-aberto, para exercerem atividades auxiliares na empresa, mediante convênios com as Secretarias de Estado da Justiça.

Correios contra AIDS: parte de uma ação mundial de prevenção à doença, os Correios lançaram oito selos da Emissão Especial "Campanha de Prevenção da AIDS". Além do selo, foi feito o lançamento da cartilha da AIDS, denominada Por toda a sua vida.

Papai Noel dos Correios: em 2011 foram recebidas 1.182.000 cartas, das quais 480 mil foram adotadas. 3.539 escolas e instituições participaram da campanha, estabelecendo-se 876 parcerias com órgãos públicos e empresas.

Concurso Internacional de Redação de Cartas: realizado anualmente pela UPU e destinado a estudantes de até 15 anos de idade matriculados em escolas das redes pública e privada de ensino. Participaram do 40º concurso 5.563 redações de 4.365 escolas.

Vira Vida: Acordo assinado com o Conselho Nacional do SESI, tem como objetivo viabilizar a capacitação e empregabilidade de jovens vítimas de exploração sexual, trabalho degradante, gravidez na adolescência e dependência de drogas.

Acordo de Parceria com a ONU Mulheres: objetiva colaborar para que a comunidade empresarial incorpore em seus negócios práticas e valores voltados à equidade de gênero no ambiente de trabalho e ao empoderamento das mulheres, reduzindo a discriminação, marginalização e exclusão.

Acordo de Cooperação Técnica com a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República: visa a implementar ações conjuntas que assegurem a adesão da ECT à campanha "Igualdade Racial é pra valer" e à divulgação do Estatuto da Igualdade Racial.

Acordo de Cooperação Técnica com a Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República: para implementar ações conjuntas de promoção de Direitos Humanos.

Centro Vocacional e Tecnológico Correios: fruto de parceria com o governo do Rio de Janeiro, apoia a qualificação de trabalhadores com cursos profissionalizantes nas áreas de construção civil, serviços e beleza e turmas para educação de jovens e adultos nos ensinos fundamental e médio. Em 2011, 1.101 alunos concluíram cursos e 678 foram encaminhados ao mercado de trabalho.

As campanhas de Solidariedade Expressa arrecadaram mais de 196 toneladas de doativos para os estados do Rio de Janeiro e Paraná. Na campanha para o Rio de Janeiro foi realizado empréstimo temporário de 5 caminhões e cedido imóvel à Prefeitura de Petrópolis.

Como desdobramento dos patrocínios à natação, ao futsal e ao tênis, promoveu-se a inserção social de 11 mil crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. Foram beneficiadas mais de 2.500 crianças na prática dos esportes aquáticos, cerca de 400 no futsal e aproximadamente 8 mil no tênis em escolinhas e projetos sociais.

Dos investimentos em patrocínio, destacam-se projetos que tiveram desdobramento social como Bacuri - Il Mostra de Cinema Infantil que atendeu cerca de 700 crianças; Barca dos Livros - Programa de Incentivo à Leitura que beneficiou cerca de 1200 estudantes; Rock In Rio, cujo projeto social "Por um Mundo Melhor" beneficiou mais de 100 entidades em todo o Brasil com a doação de instrumentos e cerca de 40 jovens em oficinas de luteria (fabricação de instrumentos de corda); Projeto Cinema da Gente realizado nas comunidades de Santa Marta, Coroa/Fallet-Figueiredo, Borel, Chapéu Mangueira/Babilônia, Providência, São Carlos, Pavão-Pavãozinho/Cantagalo e Macacos, no Rio de Janeiro, beneficiando cerca de 10 mil pessoas.

A Coleta Seletiva Sólida, implantada em 1.552 unidades dos Correios, beneficiou 1660 famílias membros de cooperativas de catadores de materiais recicláveis.

O Ecopostal, ao doar a cooperativas 41.550 malotes e 27.200 uniformes usados, contribui para a geração de emprego e renda a 845 famílias e para a redução da emissão de CO2.

O Projeto Desafio Ambiental tem como meta promover, até junho de 2012, o plantio de uma muda de árvore nativa para cada um dos empregados da empresa. Até dezembro de 2011 já foram plantadas 40.681 mudas.

Na Gestão de Resíduos Sólidos, foi promovida a destinação final ambientalmente adequada de 2.468 toneladas de papel, 5 toneladas de vidro, 233 toneladas de metal, 352 toneladas de plástico e 318.141 unidades de palets (madeira).

Os Correios realizaram testes com veículo elétrico para entrega de encomendas em Campinas/SP, com capacidade para dois passageiros e 350 kg de carga, além de autonomia para 120 quilômetros.

13 - PARCERIAS ESTRATÉGICAS

A distribuição do livro didático é resultado de uma parceria entre a ECT e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), sendo considerada a maior operação logística desta empresa. A operação 2010/2011 registrou o envio de 135,6 milhões de livros, acondicionados em 16,4 milhões de encomendas, para atender 133,3 mil instituições de ensino.

Os Correios prestaram, pelo terceiro ano consecutivo, com 100% de eficiência, os serviços de entrega e coleta das provas do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) em todo o Brasil. Na operação para distribuição e coleta de 5,3 milhões de provas em 10,6 mil escolas, a ECT movimentou 800 toneladas de material, com emprego direto de uma estrutura composta de 10 mil empregados, 639 unidades distribuidoras e 10 mil rotas de transporte.

A ECT, agora em parceria com o Banco do Brasil, para operação conjunta do Banco Postal, coloca duas empresas de renomada reputação no mercado a serviço do desenvolvimento do País, da comodidade e do bem estar da sociedade brasileira.

O acordo operacional com a DHL, assinado em 2011, para entrega de encomendas expressas com destino ao exterior, permitirá aos clientes da ECT usufruir dos padrões de qualidade oferecidos no Brasil. Com isso espera-se uma melhoria na satisfação dos nossos clientes com consequente aumento de participação de mercado de encomendas internacionais.

No serviço de Logística Reversa há de se destacar a instalação pelo Governo Federal de um Comitê Orientador e cinco Grupos de Trabalho para definição e implementação da Logística Reversa de eletroeletrônicos, lâmpadas fluorescentes, embalagens, resíduos de óleos lubrificantes e remédios. Os Correios, como importante prestador de serviço de Logística Reversa de Pós-Venda de eletroeletrônicos, foram convidados a participar do Grupo de Trabalho com essa temática, que engloba diversos tipos de resíduos, como celulares, computadores e eletrodomésticos em geral. A logística reversa, um dos pilares da Política Nacional de Resíduos Sólidos, prevê a captação e destinação ambientalmente correta desses resíduos eletrônicos.

No cenário filatélico mundial, os Correios do Brasil participaram da Exposição Philanippon 2011, em Yokohama/Japão, onde ocorreu um encontro da delegação brasileira com representantes da Federação Internacional de Filatelia (FIP), oportunidade em que foi assinado um termo de compromisso entre a FIP e os Correios do Brasil, em torno da realização da BRASILIANA 2013. Essa parceria é condição primordial para o Brasil voltar a realizar sua exposição filatélica de classe mundial.

14 - RELACIONAMENTO COM O CLIENTE

Os Correios trabalham cada vez mais seus canais de atendimento para que o cliente tenha à disposição ferramentas de fácil acesso a informações. A Central de Atendimento dos Correios (CAC), com dois sites em operação, atendeu, em 2011, a 5,9 milhões de chamadas telefônicas, sendo que 43% delas referem-se ao registro de pedido de informação de objetos qualificados, 11% da captação de telegramas, 3% da solicitação de coleta de objetos e o restante dos demais serviços (Dúvidas sobre CEP, produtos e serviços).

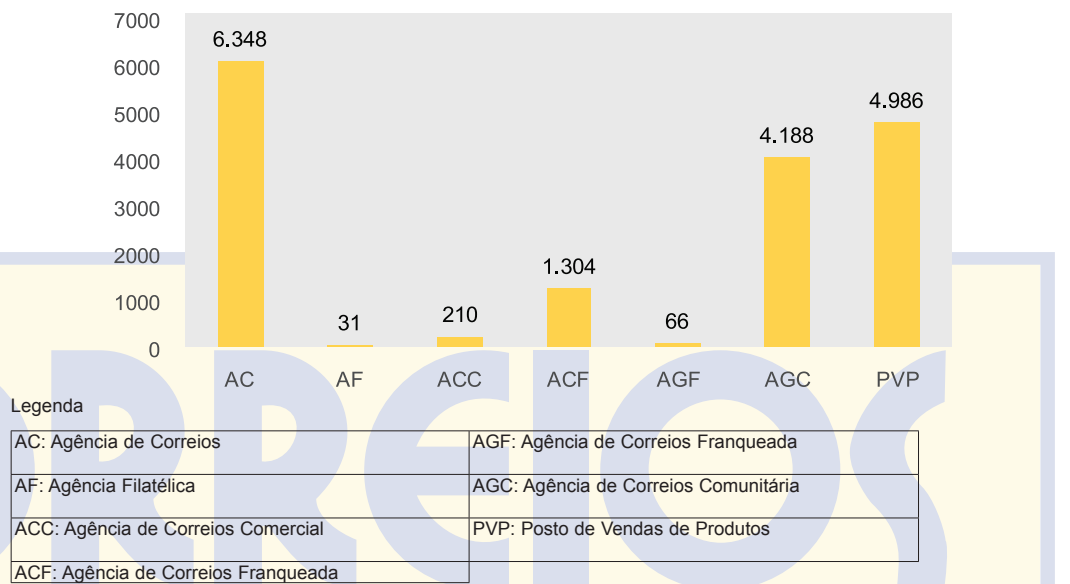
Visando ao aprimoramento e segmentação do atendimento aos clientes, a ECT aprovou em dezembro de 2011 a criação de uma estrutura de gestão operacional dos canais de atendimento denominada Central de Relacionamento com o Cliente - CEREL, cuja implantação ocorrerá durante o primeiro semestre de 2012.

O portal Correios www.correios.com.br, cujo foco é priorizar negócios e facilitar o acesso a serviços, produtos e informações dos Correios, possibilita ainda ampliar a visibilidade dos produtos e serviços no exterior e consolidar a marca e a credibilidade dos Correios na internet. Em 2011, foram mais de 40 milhões de visitas por mês, acréscimo de 33% em relação ao ano anterior. O portal dos Correios é o segundo mais popular entre os sites de correios no mundo e situa-se em 50º lugar no rol de sites brasileiros mais visitados atualmente.

Foi criado o Blog dos Correios para uma comunicação mais eficiente com a sociedade no sentido de esclarecer e dar transparência aos atos de gestão da direção da empresa. Até o dia 02.01.2012 contabilizamos a cifra de 464.073 visitas.

15 - REDE DE ATENDIMENTO

Rede de Atendimento



Conforme o que estabelece a Portaria 384/2011, do Ministério das Comunicações, a Rede de Unidades de Atendimento dos Correios passou a ter a configuração conforme gráfico, totalizando 17.133 unidades de atendimento.

O atendimento postal foi levado a mais 65 localidades, por meio de 71 agências próprias (AC) e uma Filatélica, cuja instalação teve como objetivo a Expansão da Rede Própria, seja para a universalização, seja para a sustentabilidade do negócio postal.

Nesse contexto, 6 novas agências foram instaladas em municípios que até então eram desprovidos de atendimento postal. Assim, o foco dessas unidades é a universalização que consiste em levar os serviços postais e bancários básicos, visando o desenvolvimento das localidades e a inclusão social de sua população. Dessa forma, os Correios se caracterizam como instrumento governamental de desenvolvimento social e econômico.

Ressalta-se que foram inauguradas 66 AGFs em 2011 e que foi ajustado o edital licitação das unidades franqueadas e publicado em dezembro 2011, estando em processo de licitação a escolha das demais AGFs que substituirão as atuais ACFs.

Os Correios levaram os serviços postais básicos a mais 37 distritos e o número total de localidades atendidas por Agências de Correios Comunitárias atingiu 4.355 - visando atender ao conceito de universalização.

O Banco Postal busca atender a todos os brasileiros, em especial, aqueles que residem em pequenos municípios desprovidos de serviços bancários. Do total de 6.348 unidades próprias (AC) presentes nos municípios brasileiros, 97,78 % prestam serviço de correspondente bancário, que perfaz um total de 6.207 agências.

16 - COOPERAÇÃO TÉCNICA INTERNACIONAL

Em 2011, a ECT participou de diferentes projetos de cooperação técnica, a saber: 1. No âmbito da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) do Ministério das Relações Exteriores (MRE), com os temas: "Desenvolvimento da Carreira Postal na Costa Rica"; "Projeto Implantação do Correo Permutante de Havana - Cuba" e "Modelagem de Programa de Capacitação e Otimização dos Processos dos Serviços Postais nos Correios da Costa Rica"; e 2. Coordenado pelo Ministério das Comunicações e desenvolvido no âmbito da Iniciativa para Integração da Infra-estrutura Regional Sul Americana (IIRSA), com o tema: "Exportações por Envios Postais para micro e pequenas empresas".

17 - TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO NAS CONTRATAÇÕES E GESTÃO DE CONTRATOS

A ECT adota o CLM (Contract Lifecycle Management) como modelo padrão de referência de classe mundial nas operações de gestão do ciclo de vida dos contratos (contratação e gestão de contratos). Os processos de contratação e os contratos estão disponíveis no portal Correios, para controle e transparência dos procedimentos pela sociedade. Dos valores licitados e homologados em 2011, 97,23% foram realizados por meio de pregão eletrônico. Houve ainda 2.617 processos licitatórios na ECT, que geraram contratações no valor de R\$ 1,846 bilhões.

18 - PESSOAS

Em 2011 a ECT realizou o maior concurso público da história do país, com mais de um milhão de inscritos. Foram contratados no ano 9.262 novos empregados, resultando num efetivo de 114.976, mantendo a Empresa no rol das maiores empregadoras do país. Os Correios e o Ministério da Defesa celebraram um inédito acordo de cooperação técnica para realização da Avaliação da Capacidade Físico-Laboral - AFCFL dos candidatos aprovados na prova objetiva do último concurso público, para os cargos de Carteiro e Operador de Triagem e Transbordo - OTT. Foram utilizadas 72 Organizações Militares do Exército, Marinha e Aeronáutica em 67 municípios e avaliados 31.994 candidatos em todos os Estados brasileiros.

A Universidade Corporativa dos Correios e unidades regionais de educação ministraram cerca de 4,7 milhões de horas de treinamento, sendo 1,4 milhões realizadas por Gestores e 3,3 milhões por Não Gestores, num investimento de R\$ 23,5 milhões. Em razão das novas contratações foram capacitados 4.348 Carteiros, 2.252 Atendentes Comerciais, 835 Operadores de Triagem e Transbordo (OTT) e 1.026 Analistas de Correios. A transição do Banco Postal, parceria com o Banco do Brasil, gerou a capacitação de cerca de 25 mil profissionais. Também foram distribuídas 1.000 bolsas de estudo para empregados realizarem cursos de idiomas, graduação e pós-graduação.

Pelo Plano "CorreiosSaúde", foram atendidas com assistência médica, hospitalar e odontológica cerca de 380.000 pessoas, dentre empregados, aposentados e dependentes.

O Instituto de Seguridade Social dos Correios - Postalís - oferece benefícios de previdência complementar a 127.397 mil beneficiários, sendo 110.697 mil participantes em atividade e 16.700 mil aposentados e pensionistas.

Em 2011 a empresa negociou e assinou com a FENTECT, entidade representativa dos empregados, 2 acordos de PLR - Participação nos Lucros e Resultados sindicais, relativos aos anos de 2010 e 2011. O processo de negociação e fechamento de acordo com os critérios para pagamento das duas PLR's, além de ter sido fruto de intensas negociações com a FENTECT, constitui um novo marco na história da organização, haja vista que até então o único acordo de PLR assinado com a entidade representativa dos empregados havia acontecido em 2006.

19 - PERSPECTIVAS PARA 2012

O ano de 2012 será marcado pela arrancada dos Correios para se tornar uma empresa de classe mundial. Neste sentido, foi aprovado, em abril de 2011, o Plano Estratégico "Correios 2020" - Ciclo 2011/2014 e o seu desdobramento, que gerou 32 ações estratégicas.

20 - AGRADECIMENTOS

Chegam ao final deste Relatório de Administração 2011, convictos de que a transparência no relacionamento da empresa com a sociedade é a melhor forma de estabelecer um processo de acompanhamento da gestão, na busca de credibilidade e confiança nos trabalhos desenvolvidos.

A Diretoria Executiva expressa aqui seu reconhecimento da importância de todos os agentes com os quais a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos interagiu, seus empregados, as instituições governamentais, parceiros, fornecedores, e principalmente seus clientes, agradecendo por todo esforço, apoio e dedicação que teve disponível para todas as realizações.

Brasília, 08 de março de 2012.

A Diretoria

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 2011
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO (em milhares R\$)

ATIVO	Nota	2010		PASSIVO	Nota	2010	
		2011	(Reapresentado)			2011	(Reapresentado)
Circulante		3.165.389	2.990.291	Circulante	13	3.022.634	2.769.232
Disponível	4	1.317.216	1.342.211	Fornecedores	13.1	509.151	324.473
Caixa	4.1	368	182	Salários e Consignações	13.2	798.368	687.949
Bancos	4.2	8.903	28.334	Encargos Sociais	13.3	392.798	365.797
Aplicações	4.3	1.307.945	1.313.695	Impostos e Contribuições	13.4	559.452	599.508
Créditos	5	1.270.334	1.156.469	Dividendos a Pagar	13.5	-	191.703
Estoques	6	45.875	45.757	Arrecadações e Recebimentos	13.6	48.082	45.533
Despesas Antecipadas	7	247	3.013	Adiantamentos de Clientes	13.7	9.048	5.631
Outros Valores e Bens	8	531.717	442.841	Contas Internacionais a Pagar	13.8	52.522	50.090
Adiantamentos	8.1	104.432	101.092	Precatórios Judiciais	13.9	51.850	27.491
Valores a Compensar	8.2	415.110	328.636	Provisões	13.10	13.624	44.358
Cobrança Jurídica/Inadimplência	8.3	3.850	6.722	Empréstimos e Financiamentos	13.11	23.428	33.058
Valores a Apurar	8.4	5.890	5.848	Participação nos Lucros e Resultados	13.12	42.280	102.215
Outros Créditos	8.5	2.435	543	Receitas Recebidas Antecipadamente	13.13	483.500	64.544
				Juros sobre Capital Próprio	13.14	-	201.097
				Outros Débitos		38.531	25.785
Não-Circulante	9	7.338.337	5.782.971	Não-Circulante	14	3.611.554	1.818.374
Realizável a Longo Prazo		5.923.644	4.274.829	Empréstimos e Financiamentos	13.11	22.766	38.188
Aplicações	4.3	4.685.347	3.347.429	Postais Reservas a Amortizar	14.1	1.175.593	1.223.726
Imóveis Funcionais Vendidos	9.1	2.371	5.648	Passivo Contingente	14.2	450.483	436.050
Tributos Diferidos	9.2	898.211	769.394	Tributos Compensados	14.3	120.750	117.745
Depósitos Judiciais	9.3	102.421	95.947	Mandados e Precatórios	14.4	1.962	2.665
Valores a Compensar	9.4	173.880	-	Receitas Recebidas Antecipadamente	14.5	1.840.000	-
Outros	9.5	61.414	56.411				
Investimentos	10	33.262	36.801	Patrimônio Líquido	15	3.869.538	4.185.656
Imobilizado	11	1.348.404	1.451.321	Capital	15.1	2.264.968	2.919.060
Imóveis		1.237.866	1.313.411	Reservas de Capital	15.2	37.596	37.632
(-) Depreciação Acumulada		(604.601)	(537.838)	Reservas de Lucros	15.3	1.558.474	1.412.996
Móveis		2.554.242	2.359.731	Reserva Legal	15.3.1	279.298	250.803
(-) Depreciação Acumulada		(1.839.103)	(1.683.983)	Reserva p/Projeto de Investimento	15.3.2	380.965	392.800
Intangível	12	33.027	20.020	Reserva de Lucros a Realizar	15.3.3	898.211	769.393
Softwares		228.892	200.021	Dividendo Adicional Proposto	13.5	8.500	-
(-) Amortização		(195.865)	(180.001)	Lucros (Prejuízos) Acumulados		-	(184.032)
		10.503.726	8.773.262	TOTAL		10.503.726	8.773.262

* AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DESTAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO (em milhares R\$)

RUBRICA	Notas	2011	2010 (Reapresentado)
RECEITA BRUTA DE VENDAS E SERVIÇOS	16.1	13.791.061	12.687.016
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA		(576.953)	(603.169)
Impostos e Abatimentos sobre a Receita		(501.427)	(508.168)
Receitas Canceladas		(75.526)	(95.001)
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS	16.2	13.214.108	12.083.847
CUSTOS DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS	16.3	(8.918.506)	(7.914.766)
LUCRO BRUTO		4.295.602	4.169.081
DESPESAS OPERACIONAIS		(3.341.664)	(3.214.193)
Vendas	16.4	(1.535.280)	(1.528.120)
Encargos Financeiros Líquidos	16.5	61.764	(26.988)
Gerais e Administrativas	16.6	(2.003.500)	(1.858.891)
Outras Receitas e Despesas Operacionais	16.7	135.352	199.806
RESULTADO OPERACIONAL		953.938	954.888
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		953.938	954.888
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	17	(275.651)	(337.019)
Imposto de Renda		(295.052)	(282.708)
Contribuição Social		(109.418)	(104.917)
Imposto de Renda/Contribuição Social Diferidos		128.819	50.606
RESULTADO ANTES DOS JUROS S/CAPITAL PRÓPRIO		678.287	617.869
REVERSÃO DOS JUROS S/CAPITAL PRÓPRIO		204.460	201.097
RESULTADO DO PERÍODO		882.747	818.966

* AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DESTAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO ATÉ 31 DE DEZEMBRO (em milhares R\$)

	CAPITAL	RESERVA DE CAPITAL (18.1)	RESERVA DE LUCROS			LUCROS ACUMULADOS	DIVIDENDO ADICIONAL PROPOSTO	TOTAL
			LEGAL (18.2)	INVESTIMENTOS (18.3)	LUCROS A REALIZAR (18.4)			
Saldo em 31/12/2009 (Reapresentado)	2.919.060	37.633	209.456		718.787		(125.445)	3.759.491
Acréscimos às Reservas:								
Imóveis recebidos/devolvidos doação						818.966		818.966
Resultado do período								
Destinações:								
Reserva Legal			41.347			(41.347)		
Projetos de Investimento				392.800		(392.800)		
Lucros a Realizar					50.606	(50.606)		
Dividendos da União e JCP						(392.800)		(392.800)
Saldo em 31/12/2010 (Reapresentado)	2.919.060	37.633	250.803	392.800	769.393		(184.032)	4.185.657
Acréscimos às Reservas:								
Imóveis recebidos/devolvidos doação						882.747		882.747
Resultado do período								
Destinações:								
Reserva Legal			28.495			(28.495)		
Projetos de Investimento				(11.835)		(182.902)		
Lucros a Realizar					128.818	(128.818)		
Dividendos da União e JCP						(350.000)		(1.198.829)
Dividendo Adicional Proposto						(8.500)	8.500	
Saldo em 31/12/2010 (Reapresentado)	2.264.968	37.596	279.298	380.965	898.211		8.500	3.869.538

* AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DESTAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EM 31 DE DEZEMBRO (em milhares R\$)

	Notas	2011	2010 (Reapresentado)
I – GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO		13.909.138	12.826.470
Receitas Operacionais		13.715.535	12.592.015
Provisão para Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa	19.1	(17.671)	8.662
Outras Receitas Operacionais		18.291	220.357
Receitas Não-Operacionais		192.983	5.436
Insumos Adquiridos de Terceiros		4.262.951	3.901.450
Custo dos Serviços Prestados		4.088.022	3.547.567
Serviços Adquiridos de Terceiros		245.196	184.280
Materiais Consumidos		25.420	9.283
Propaganda e Comunicação		49.501	37.218
Utilidades e Serviços		(372)	3.098
Provisões diversas		(144.816)	120.004
Valor Adicionado Bruto		9.646.187	8.925.020
Depreciação/Amortização		(285.669)	(296.221)
Receitas Financeiras		711.308	495.257
VALOR ADICIONADO À DISPOSIÇÃO DA EMPRESA	19.2	10.071.826	9.124.056
II – DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
Remuneração do Trabalho		6.580.098	5.955.939
Salários, Honorários e Benefícios		6.084.018	5.484.496
Participações nos Lucros e Resultados – PLR		89.527	98.200
Encargos Sociais		406.553	373.243
Remuneração do Governo		2.060.791	1.947.896
INSS sobre Salários		1.026.895	1.014.472
Impostos e Contribuições (exceto IRPJ e CSLL)		629.426	596.405
Imposto de Renda e Contribuição Social		404.470	337.019
Remuneração do Capital de Terceiros		548.190	401.255
Aluguéis, juros, variação cambial		494.883	347.363
Outras remunerações a terceiros		53.307	53.892
Remuneração dos Acionistas		882.747	818.966
Lucro/Reserva Retidos		524.247	426.166
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos		358.500	392.800
TOTAL DO VALOR DISTRIBUÍDO	19.3	10.071.826	9.124.056

* AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DESTAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO (em milhares R\$)

	Notas	2011	2010 (Reapresentado)
1 – ATIVIDADES OPERACIONAIS		882.747	818.966
Lucro Líquido do Período		882.747	818.966
Itens de Resultado que não interferem no Caixa			
Depreciação e Amortização		285.669	296.221
Baixas de Reservas de Capital		(37)	-
Provisões		3.223	111.342
Despesas de Variação Patrimonial e Perdas		1.673	23.333
Receita de Variação Patrimonial		33.137	(1.159)
Baixas do Imobilizado/Intangível		(919)	3.562
Juros sobre Dividendos/Juros sobre Capital Próprio		148.662	1.963
Mutações Patrimoniais			
Aumento de Créditos		(134.294)	(169.074)
Aumento de Estoques		(118)	(4.600)
Diminuição das Provisões/Mandados e Precatórios		(66.810)	(113.702)
Diminuição de Outros Valores e Bens acrescidos da variação do Realizável a Longo Prazo		(408.797)	(107.211)
Aumento/(Diminuição) dos Fornecedores		183.131	(2.587)
Aumento dos Salários e Consignações		110.419	74.874
Diminuição/(Aumento) das Obrigações acrescidas da variação do Não-Circulante		(24.481)	213.387
Aumento das Receitas Recebidas Antecipadamente		2.258.956	0
(=) Caixa Líquido da Atividade Operacional		3.272.161	1.145.315
2 – ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aplicações no Imobilizado/Intangível		(195.228)	(244.798)
Aplicações Financeiras		(1.337.918)	(136.514)
Aplicações em Investimentos		(215)	22
(=) Caixa Líquido das Atividades de Investimento		(1.533.361)	(381.290)
3 – ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Transferências para a União – Juros sobre Capital Próprio e Dividendos		(1.740.291)	(57.798)
Empréstimos e Financiamentos		(23.504)	(35.637)
(=) Caixa Líquido das Atividades de Financiamento		(1.763.795)	(93.435)
4 – AUMENTO DAS DISPONIBILIDADES/(DIMINUIÇÃO)		(24.995)	670.590
Saldo de Caixa e Equivalente-Caixa no início do exercício		1.342.211	671.621
Saldo de Caixa e Equivalente-Caixa no final do exercício		1.317.216	1.342.211

* AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DESTAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Valores apresentados em milhares de Reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)
NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, com sede em Brasília – DF, é Empresa Pública de direito privado, criada pelo Decreto-Lei nº 509, de 20/03/1969 (alterado pela Lei nº 12.490/2011), vinculada ao Ministério das Comunicações. Rege-se pela Legislação Federal e por seu Estatuto – o Decreto nº 7.483, de 16 de maio de 2011. Sua estrutura administrativo-operacional é constituída pela Administração Central – AC, composta pela Assembléia Geral, pelos Conselhos de Administração e Fiscal, pela Diretoria Executiva, pelos Departamentos e Órgãos de mesmo nível e por 28 Diretorias Regionais. Atua no segmento postal, sendo detentora da exclusividade sobre os serviços de recebimento, transporte/entrega de carta, cartão postal e correspondência agrupada e recebimento/transmissão e entrega de telegramas, conforme previsto na Lei nº 6.538/1978. No segmento financeiro, presta serviços de pagamento a aposentados e pensionistas da previdência social e como correspondente bancário realiza serviços básicos de abertura de contas correntes e de poupança, saques, depósitos, bem como recebimento de títulos, dentre outros. Ainda, presta serviço de logística integrada, encomenda expressa e eletrônicos.

Nos termos da Lei nº 12.490/2011, a ECT, para a execução das atividades compreendidas em seu objeto, poderá: constituir subsidiárias, adquirir o controle ou participação acionária em sociedades empresárias já estabelecidas, firmar parcerias comerciais que agreguem valor à sua marca e proporcionar maior eficiência de sua infra-estrutura, especialmente de sua rede de atendimento, desde que obedecidas a regulamentação específica do assunto e as exceções mencionadas em tal Lei.

NOTA 2 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1 Declaração de conformidade
As demonstrações da ECT compreendem as demonstrações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

2.2 Base de elaboração e mensuração
As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Administração em 05 de março de 2012. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.3 Moeda funcional e de apresentação
As demonstrações financeiras são apresentadas em Real (milhares de reais), que é a moeda funcional e de apresentação.

2.4 Transações e moedas em moedas estrangeiras
As transações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional da ECT (Real) utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas do balanço. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas operações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do período.

2.5 Uso de estimativas e julgamentos
Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas para certos ativos, passivos e outras transações, quando requerido. Ativos e passivos significativos sujeitos a estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado e intangível, as perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (sobre contas a receber), provisões passivas e para fundos de pensão. Uma vez que o julgamento da administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem divergir dessas estimativas, os quais somente são conhecidos por ocasião de sua liquidação. As estimativas e premissas são revisadas periodicamente.

2.6 Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC
Elaborada pelo método indireto

internacionais de contabilidade, com a utilização do conceito de custo atribuído (*deemed cost*). A ECT ainda não adotou o CPC 27 e mantém seu Imobilizado reconhecido ao valor de custo e/ou construção, deduzidos das respectivas depreciações acumuladas e corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995.

2.15 Intangível

Representados, substancialmente, por softwares não integrados às máquinas e equipamentos, com vidas úteis definidas, adquiridos separadamente, e estão registrados pelo valor de custo, deduzidos da amortização, calculada pelo método linear à taxa de 10%.

2.16 Avaliação do valor recuperável de ativos

A Administração deve revisar anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável, sendo que, quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede ao recuperável, deve-se constituir provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao recuperável do ativo.

No que se refere aos itens relevantes compostos, principalmente, por máquinas e equipamentos, imóveis e veículos, não foram identificados indícios de desvalorização por *impairment*, sendo feitos testes de recuperabilidade por meio de fluxo de caixa futuro, específicos para os equipamentos de triagem automatizada e que representam aproximadamente 30% do total do imobilizado.

A Administração tem como meta revisar, a partir de 2012, o valor contábil dos ativos de vida longa, principalmente o imobilizado e o intangível a serem mantidos e utilizados nas operações, com o objetivo de determinar e avaliar a deterioração em bases periódicas ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado.

2.17 Ajuste a valor presente dos ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários são sujeitos à avaliação do impacto de ajuste a valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes. Subseqüentemente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação ao fluxo de caixa contratual. Nos exercícios de 2010 e 2011, não houve transação de longo prazo (e nem relevante de curto prazo) que se qualificasse para esse ajuste.

2.18 Obrigações com Fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos valores correspondentes a encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço, sendo classificadas como Passivo Circulante uma vez que a liquidação é de curto prazo.

2.19 Salários e Encargos Sociais

Representado, substancialmente, pelos valores relativos às férias devidas aos funcionários que estão provisionadas proporcionalmente ao período aquisitivo e incluem os correspondentes encargos sociais, bem como por saldos de valores a pagar a funcionários e/ou terceiros advindos da apropriação mensal da folha de pagamentos. Como encargos sociais, são reconhecidas as contribuições sobre a folha de pagamentos de funcionários e terceiros (INSS e FGTS), e, também, pelos valores de curto prazo devidos ao plano de previdência que beneficia os funcionários e é mantido pela ECT e pelos funcionários, na modalidade de plano de benefício definido saldaado e plano de contribuição definida.

2.20 Impostos e Contribuições

Representado por valores a serem recolhidos às Administrações Tributárias Municipais, Estaduais e Federais, apurados segundo a legislação aplicável, e correspondem aos tributos sobre as receitas (PIS/COFINS/ICMS/ISS), tributos sobre o lucro (IRPJ/CSLL) e tributos retidos por responsabilidade legal (INSS, IRF, CSRF).

2.21 Receitas Recebidas Antecipadamente - Adiantamento de Clientes

Classificados no Passivo Circulante e Não-Circulante são representadas basicamente pelos valores recebidos antecipadamente do contratante Banco do Brasil S/A, face ao contrato de prestação de serviços de correspondente bancário (Banco Postal), com início da prestação de serviços em 02/01/2012 e prazo de vigência de 5 anos a partir da assinatura. Nos termos do CPC 30 – Receitas (IAS 18), considerando que os serviços prestados correspondem a um número indeterminado de etapas, durante um período específico de tempo, a receita será reconhecida no resultado linearmente durante o período de vigência contratual.

2.22 Passivo Contingente e Tributos Compensados

Correspondem às provisões para causas trabalhistas, cíveis e tributárias, sendo que a avaliação da probabilidade de risco de perdas inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, tudo sob responsabilidade da área jurídica da ECT. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e, embora não tenham obrigatoriedade de serem divulgados, a ECT optou por mencionar, conforme nota 14.2.2.2.

2.23 Distribuição de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio para o acionista é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da ECT, considerando os impactos de valores distribuídos de forma antecipada. Qualquer valor proposto acima do mínimo obrigatório, ou de valores que excedam os montantes distribuídos antecipadamente, somente é provisionado na data em que são aprovados em Assembléia Geral. O benefício tributário dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado do exercício como despesa financeira, conforme determinação da legislação federal.

2.24 Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) ao valor da liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, usando o método da taxa efetiva.

2.25 Benefícios a empregados

Fundo de Pensão - A ECT é patrocinadora de uma entidade fechada de previdência privada complementar, sem fins lucrativos, constituída em 26 de janeiro de 1981, denominada Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos – Postais, que tem por finalidade garantir a suplementação dos benefícios de aposentadoria e pensão a seus empregados e participantes, por meio do Plano de Benefício Definido – PBD e do Plano de Contribuição Definida – Postalprev. Atualmente, o PBD não recebe mais adesões. Seu saldamento ocorreu em março de 2008 e em 2010 houve a assunção da diferença, na forma de provisão, do aporte da Reserva Técnica Serviços Anteriores. Desde 01/08/2010, a obrigação é considerada uma dívida financeira (e não atuarial) com evolução equivalente à variação do INPC, acrescida de juros de 6% (seis por cento) ao ano e deduzidas as amortizações dos pagamentos efetuados.

Participação nos resultados – É adotada pela ECT tendo como base o cumprimento de metas de desempenho da área de atuação e desempenho da empresa. A ECT efetua a provisão mensalmente respeitando o regime de competência, e entende que o montante estimado é razoável, devendo ocorrer a saída de recursos nos primeiros meses de 2012. A contrapartida da provisão é registrada como custos dos serviços prestados ou despesas operacionais de acordo com a lotação do empregado em atividades produtivas ou administrativas, respectivamente.

Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

2.26.1 Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O imposto de renda foi constituído à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240,0 mil. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes no exercício.

2.26.2 Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram reconhecidos, em sua totalidade, considerando as permissões e exigências do Pronunciamento Técnico CPC 32 (IAS 12) sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e os seus correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados considerando as alíquotas e leis vigentes na data de preparação das demonstrações financeiras. Os impactos/detalhes encontram-se na nota 17.

2.27 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da ECT são representados pelas disponibilidades, principalmente por aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar e empréstimos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente.

Empréstimos recebíveis são ativos financeiros que têm pagamentos fixos ou determináveis e não são cotados em um mercado ativo, sendo mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método dos juros efetivos, deduzido de provisão para perda do valor recuperável (*"impairment"*). A receita com juros é reconhecida aplicando-se o método da taxa efetiva, exceto para os recebíveis de curto prazo, quando o reconhecimento dos juros for imaterial.

Os passivos financeiros são classificados pelo valor justo por meio do resultado ou como outros passivos financeiros. Os ganhos ou perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam quaisquer juros pagos no passivo financeiro. Outros passivos financeiros são inicialmente mensurados ao valor justo, líquido dos custos da transação, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado, usando-se o método dos juros efetivos, sendo as despesas com juros reconhecidas com base no rendimento. O método dos juros efetivos é um método que calcula o custo amortizado de um passivo e aloca as despesas com juros durante o período relevante. A taxa de juros efetiva é a taxa que exatamente desconta pagamentos estimados futuros de caixa por meio da vida esperada do passivo financeiro ou, quando aplicável, por um período menor.

2.28 Reconhecimento da receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares.

A receita de vendas de serviços é reconhecida quando todas as seguintes condições foram satisfeitas: há transferência ao comprador dos riscos e benefícios significativos relacionados à prestação dos serviços; não mantenha envolvimento continuado na gestão dos serviços vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais serviços;

o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade;

é provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Empresa; e os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade;

Mais especificamente, a receita de venda de serviços é reconhecida quando os serviços são prestados.

NOTA 3 - APRESENTAÇÃO RETROSPECTIVA DE SALDOS DE PERÍODOS ANTERIORES MODIFICADOS
Concluiu o processo de revisão das interpretações da aplicação da legislação tributária no que diz respeito aos cálculos de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL que estavam provocando distorções nas demonstrações financeiras, houve o recálculo desses tributos de períodos anteriores, e, nos termos do pronunciamento técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (IAS 08), houve a reapresentação dos saldos de abertura dos ativos, dos passivos e do patrimônio líquido para o período anterior e a reapresentação dos valores comparativos para o período anterior, conforme se observa a seguir:

a) reapresentação dos saldos de abertura dos ativos, dos passivos e do patrimônio líquido, para o período anterior:

	Saldo em 31/12/09 (Publicado)	Ajustes	Saldo em 31/12/09 (Reapresentado)
Ativo			
Circulante	1.939.819	176.320	2.116.139
Valores a Compensar (1)		107.960	
Valores a Compensar (2)		68.360	
Não Circulante	4.927.528	718.788	5.646.316
Tributos Diferidos (3)		718.788	
Passivo e Patrimônio Líquido			
Passivo Circulante	(1.861.063)	(301.766)	(2.162.829)
Impostos e Contribuições (1)		(153.160)	
Impostos e Contribuições (2)		(148.606)	
Passivo Não Circulante	(1.840.136)		(1.840.136)
Patrimônio Líquido*	(3.166.148)	(593.343)	(3.759.491)
Lucros Acumulados (1)		45.199	
Lucros Acumulados (2)		80.246	
Lucros Acumulados (3)		(718.788)	

* Ressalte-se que os ajustes anteriormente detalhados fizeram com que o valor de prejuízos acumulados em 2009 (reapresentados), conforme DMPL fossem da ordem R\$ 125,4 milhões.

b) reapresentação dos valores comparativos dos ativos, dos passivos e do patrimônio líquido, para o período anterior:

	Saldo em 31/12/10 Publicado	Ajustes	Saldo em 31/12/10 (Reapresentado)
Ativo			
Circulante	2.756.645	233.646	2.990.291
Valores a Compensar (1)		162.155	
Valores a Compensar (2)		95.502	
Créditos (4)		(24.011)	
Não Circulante	5.013.577	769.394	5.782.971
Tributos Diferidos (3)		769.394	
Investimentos (6)			
Imobilizado (6)		(31.672)	
Passivo e Patrimônio Líquido			
Passivo Circulante	(2.232.745)	(536.487)	(2.769.232)
Impostos e Contribuições (1)		(244.728)	
Impostos e Contribuições (2)		(172.950)	
Encargos Sociais (7)		(118.809)	
Passivo Não Circulante	(1.937.183)	118.809	(1.818.374)
Postalis Reservas a Amortizar (7)		118.809	
Passivo Contingente (8)		(161.560)	
Mandados e Precatórios (8)		161.560	
Patrimônio Líquido *			
Lucros Acumulados (1)	(3.600.295)	(585.361)	(4.185.656)
Lucros Acumulados (2)		45.199	
Lucros Acumulados (3)		80.246	
Lucros Acumulados (5)		(718.787)	
Lucros Acumulados (5)		7.981	

* Os prejuízos de 2009 (R\$ 125,4 milhões) aliados à reapresentação de 2010 e respectivas destinações geraram o prejuízo acumulado em 2010 de R\$ 184,0 milhões.

c) reapresentação do lucro líquido comparativo, para o período anterior:

	2010 (Publicado)	Ajustes	2010 (Reapresentado)
Resultado do Período	826.947	(7.981)	818.966
Impostos e Abatimentos sobre a Receita (1)		(22.706)	
Receitas Canceladas (4)		(24.012)	
Encargos Financeiros Líquidos (1 e 2)		(22.414)	
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente (2)		10.545	
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido (3)		50.606	

(1) Valores advindos do recálculo de PIS/COFINS do período de janeiro/2007 a dezembro/2010, considerando a tributação dessas contribuições pelo regime misto de tributação, ou seja, parte pelo regime cumulativo e parte pelo regime não cumulativo. Esse recálculo gerou valores a compensar dessas contribuições, representados por recolhimentos a maior no regime cumulativo e acréscimos em impostos e contribuições a pagar, representados pelo reconhecimento da obrigação vinculada ao regime não-cumulativo. O valor líquido gerado pelo encontro de contas entre valores a compensar e contribuições a pagar até 31/12/2009 foi registrado no saldo de abertura do período anterior no Patrimônio Líquido. O recálculo correspondente ao exercício de 2010 foi reconhecido no resultado do exercício de 2010 reapresentado, em impostos e abatimentos sobre a receita, bem como os encargos de mora (juros/multa) correspondentes ao exercício social de 2010, em encargos financeiros líquidos;

(2) Valores advindos do recálculo de IRPJ/CSLL do período de janeiro/2007 a dezembro/2010, principalmente face às provisões indedutíveis e incentivo fiscal cultural. Esse recálculo gerou valores a compensar desses tributos, representados por recolhimentos a maior em alguns trimestres, e acréscimos em impostos e contribuições a pagar, por recolhimentos a menor em outros trimestres. O valor líquido gerado pelo encontro de contas entre valores a compensar e contribuições a pagar até 31/12/2009 foi registrado no saldo de abertura do período anterior no Patrimônio Líquido. O recálculo correspondente ao exercício de 2010 foi reconhecido no resultado do exercício de 2010 reapresentado, em imposto de renda e contribuição social corrente, bem como os encargos de mora (juros/multa) correspondentes ao exercício social de 2010, em encargos financeiros líquidos;

(3) Face ao reconhecimento contábil de provisões, cujo valor será liquidado em períodos futuros por meio de saída de recursos, o que caracteriza a existência de uma diferença temporária entre o valor contábil do passivo e sua base fiscal, houve o registro do ativo fiscal diferido relativo ao IRPJ e CSLL, o qual será recuperável nos períodos futuros quando esse passivo for dedutível para determinar o lucro tributável, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 32 – Tributos sobre o Lucro (IAS 12). O valor de IRPJ/CSLL Diferido gerado até 31/12/2009 foi registrado no saldo de abertura do período anterior no Patrimônio Líquido. O cálculo correspondente ao exercício de 2010 foi reconhecido no resultado do exercício de 2010 reapresentado em imposto de renda e contribuição social diferidos;

(4) Refere-se à reclassificação, para o resultado do exercício, como receitas canceladas, de um cancelamento de fatura que no exercício de 2010 permaneceu, equivocadamente, registrada no Ativo Circulante.

(5) Valores correspondentes ao impacto no resultado do exercício de 2010 (alterado de R\$ 826.947 mil para o valor de R\$ 818.966 mil) por conta dos ajustes advindos dos recálculos de PIS/COFINS/IRPJ/CSLL e da baixa de faturamento cancelado.

(6) Valores correspondentes aos imóveis cedidos, alugados ou desocupados, ou seja, que não estejam sendo utilizados na produção ou fornecimento de bens e serviços ou finalidades administrativas, são caracterizados como mantidos pelo proprietário para obter rendas ou valorização do capital, ou ambas, e, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 28 – Propriedades para Investimentos (IAS 40), foram reclassificados de Imobilizado para Propriedade para Investimentos.

(7) Valores correspondentes à reclassificação do Postalis reserva a amortizar do Passivo Não-Circulante para encargos sociais no Passivo Circulante, para melhor representar os valores a pagar com exigibilidade de curto prazo.

(8) Valores correspondentes às provisões vinculadas a ação de cobrança de fornecedores, reclassificadas de mandados e precatórios para passivo contingente.

NOTA 4 – DISPONÍVEL

4.1 – Caixa: em 31/12/2011, o valor de R\$ 367,8 mil em caixa estava distribuído, de maneira heterogênea, em 6.348 Unidades de Atendimento, presentes em todos os Estados da Federação. Esse montante se destina a fazer frente às operações nos primeiros dias do mês de janeiro de 2012.

4.2 – Bancos: representa a movimentação de numerários em contas mantidas com instituições bancárias. O saldo em 31/12/2011 correspondia a R\$ 8,9 milhões

4.3 – Aplicações: as disponibilidades financeiras, decorrentes de receitas próprias, estão aplicadas nos Fundos de Investimentos Extramercado Exclusivo no Banco do Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. - BBDTV, nas carteiras compostas por Letras Financeiras do Tesouro (LFT), Nota do Tesouro Nacional (NTN-B), Letra do Tesouro Nacional (LTN) e operações compromissadas, registradas pelo valor líquido de realização, na data do balanço, conforme detalhado a seguir:

4.3.1. Posição em 31/12/2011

COMPOSIÇÃO DO CURTO PRAZO							
VENCIMENTO	LFT	NTN-B	LTN	OPER. COMPROMISSADAS	PROVISÃO DE IR	AJUSTES FUNDO	TOTAIS
2012	884.057			431.719	(7.687)	(144)	1.307.946
TOTAIS	884.057			431.719	(7.687)	(144)	1.307.946

COMPOSIÇÃO DO LONGO PRAZO							
VENCIMENTO	LFT	NTN-B	LTN	OPER. COMPROMISSADAS	PROVISÃO DE IR	AJUSTES FUNDO	TOTAIS
2013	1.484.076	32.455	235.588				1.752.119
2014	881.465	21.969					903.434
2015	864.037		76.953				940.991
2016	479.550						479.550
2017	293.623						293.623
2018	315.630						315.630
TOTAIS	4.318.382	54.424	312.542				4.685.347

APLICAÇÃO	VALOR	PARTE (%)
LFT	5.141.084	85,67
LTN	312.541	5,21
NTN-B	54.424	0,91
Operações Compromissadas ¹	431.719	7,19
Subtotal	5.939.768	98,98
Ajustes ²	(143)	0,00
Fundo Multimercado ³	61.355	1,02
Total	6.000.980	100,00
Imposto de Renda	(7.687)	-0,13
Líquido	5.993.293	99,87

Informações do Fundo Extra mercado Exclusivo XIII			
	CP (1) =>	LP (2) =>	TOTAL
			1.315.633
			4.623.992
			5.939.625

¹ Operações Compromissadas deduzidas dos ajustes.

² Taxa de Administração, ajuste mercado futuro e outros na gestão do Fundo XIII

³ Deve possuir políticas de investimento que envolvam vários fatores de risco, sem o compromisso de concentração em nenhum fator, no caso específico, CDI e câmbio.

O montante acima está distribuído em R\$ 1.315,6 milhões no circulante referente aos títulos vencíveis nos próximos doze meses e em R\$ 4.624,0 milhões no não-circulante correspondendo aos vencimentos posteriores a este prazo. A diferença existente entre a tabela anterior e o balanço patrimonial, corresponde ao imposto de renda, no valor de R\$ 7,7 milhões e o valor do fundo XV de R\$ 61,3 milhões.

Os derivativos utilizados no Fundo Extramercado Exclusivo XIII são Futuros de DI, e estão registrados dentro das operações realizadas pelo fundo. Têm como objetivo transformar os títulos pré-fixados (LTN) em pós-fixados nos momentos em que a administração julgar necessário. São utilizados exclusivamente com o objetivo de proteção, à medida que reduzem a volatilidade da carteira e seu valor nominal em 31/12/2011 era de R\$ 312,5 milhões, sendo que tal valor está enquadrado no limite estabelecido na resolução 3.284/2005 de 25/05/2005 do Conselho Monetário Nacional.

Fundo 15 - Composição da carteira em 31/12/2011			
Título	PT Mercado	% Carteira	
Operações Compromissadas + Ajustes			
LFT	(163)	(0,27)	
Dólar Futuro	61.517	100,27	
	39.392	-	
Total dos Ativos	61.355	100,00	
Parcela Cambial	39.392	64,20	
Parcela CDI	21.963	35,80	

Os derivativos utilizados no Fundo Extramercado Exclusivo XV são contratos de dólar futuro e estão registrados dentro das operações realizadas pelo fundo. Têm como objetivo transformar os títulos pós-fixados (LFT) em dólar, para que possa ser efetuado o Hedge do passivo cambial das máquinas de triagem, minimizando assim, os efeitos das oscilações cambiais. Sua utilização é exclusiva para proteção, está balizada por uma Política de Proteção do Passivo Cambial e enquadrada no limite estabelecido na resolução 3.284/2005, de 25/05/2005, do Conselho Monetário Nacional - CMN. O valor nominal em 30/12/2011 era de R\$ 39,4 milhões.

4.3.2. Posição em 31/12/2010

Composição do Curto Prazo								
VENCIMENTO	LFT	NTN-B	LTN	NTN-F	PROVISÃO DE IR	AJUSTES FUNDO	OPERAÇÕES COMPROMISSADAS	TOTA

NOTA 5 – CRÉDITOS

Registrados pelo valor original deduzidos as provisões estimadas para perdas.

CRÉDITOS	2011	2010 (Reapresentado) *
Serviços Faturados	1.077.907	969.692
Serviços a Faturar	2.819	19.162
Cartões de Crédito	5.330	3.673
ACF/Prestação de Contas	56.558	60.357
ACF/Débitos Negociados	23	2
Débitos Internacionais	119.411	90.350
Débitos ACC	13	18
Débitos ACC	2.829	2.786
Débitos de AGF	16	-
Outros Débitos de Clientes	5.428	10.429
Total	1.270.334	1.156.469

* Conforme nota 3

O detalhamento de serviços faturados e outros débitos de clientes, extraídas as faturas em cobrança jurídica, por período de vencimento e a vencer, estão detalhados a seguir:

VENCIMENTO	2011
Vencidos até 30 dias	71.589
Vencidos de 31 a 60 dias	24.322
Vencidos de 61 a 90 dias	14.122
Vencidos de 91 a 120 dias	11.203
Vencidos de 121 dias a 180 dias	13.331
Vencidos de 181 a 365 dias	14.051
Acima de 365 dias	8.540
Total de valores vencidos	157.158
A vencer	926.178
Total a Receber	1.083.336

5.1 Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa: foi constituída ao final do exercício, correspondendo ao somatório de 97% dos saldos de faturamento a receber vencidos há mais de 365 dias com cobrança administrativa e jurídica, mais 70% do saldo de inadimplência do serviço de telegrama fonado. O aumento da inadimplência, de faturas em cobrança jurídica e do serviço de telegrama fonado, conforme demonstrado a seguir ocasionou registro adicional de R\$ 17,7 milhões como despesa no resultado.

Créditos administrativos com + de 365 dias em 2011 (97% do saldo)	7.837
Faturas em cobrança jurídica saldo até 31/12/2011 (97% do saldo)	44.912
Inadimplência do Serviço de Telegrama Fonado (70% do saldo)	6.991
Saldo final da provisão em 31/12/2011	59.740
Créditos administrativos com + de 365 dias em 2010 (97% do saldo)	3.278
Faturas em cobrança jurídica saldo até 31/12/2010 (97% do saldo)	37.747
Inadimplência do Serviço Telegrama Fonado (70% do saldo)	1.044
Saldo final da provisão em 31/12/2010	42.069

A seguir, o demonstrativo da movimentação das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa.

MOVIMENTAÇÃO PECLD	2011	2010
Saldo em 1º de janeiro	42.069	50.732
Adições	25.913	4.691
Baixas	(8.242)	(13.354)
Saldo em 31 de dezembro/2011	59.740	42.069

5.2 – Serviços Faturados: correspondem aos direitos por serviços prestados/vendas de mercadorias a clientes e estão representados por faturas em cobranças bancária, administrativa ou jurídica.

5.3 – Serviços a Faturar: representam os direitos por serviços prestados a clientes, em processo de emissão de fatura de cobrança.

5.4 – ACF/Prestação de Contas: refere-se aos direitos junto aos franqueados, correspondentes à arrecadação da última quinzena do mês.

5.5 – Débitos Internacionais: corresponde aos direitos decorrentes das relações da ECT e demais correios mundiais. O saldo de 2011 ainda traz a influência de saldos de anos anteriores, tendo em vista a própria dinâmica temporal das regras estabelecidas pela convenção da União Postal Universal - UPU, da qual o Governo Brasileiro é signatário e a ECT é obrigada a seguir.

5.6 – Outros Débitos de Clientes: referem-se aos créditos não registrados como faturamento a receber, principalmente relativos ao serviço de telegrama fonado e às custas de prontos sujeitas a ressarcimento pelos clientes. A redução do saldo se deve principalmente às baixas contábeis de débitos do fonado efetuadas no decorrer de 2011 em conformidade com a Lei nº 9.430/1996.

NOTA 6 – ESTOQUES

Estão armazenados em dois grandes centros de distribuição de materiais, responsáveis por suprir, sistematicamente e tempestivamente, as unidades administrativas, além de 6.348 unidades de atendimento e demais unidades operacionais.

MATERIAIS ESTOCADOS	2011	2010
Material para consumo	32.665	34.035
Material para revenda/almoxarifados	6.916	10.787
Material em trânsito	5.844	374
Material em consignação	450	561
TOTAL	45.875	45.757

NOTA 7 – DESPESAS ANTECIPADAS

Refere-se aos seguros do contrato de financiamento internacional de nº 1036/1999 – Mecanização da Triagem - MECTRI

NOTA 8 – OUTROS VALORES E BENS

8.1 – Adiantamentos

ADIANTAMENTOS	2011	2010
Adiantamento Salarial	2.613	2.279
Adiantamento de Férias	89.846	88.670
Outros Débitos de Empregados	8.614	6.217
Demais Adiantamentos	3.359	3.926
TOTAL	104.432	101.092

8.1.1 – Salarial: caracterizam-se como adiantamentos salariais os débitos de empregados decorrentes de cobertura de saldo negativo e de qualquer outra forma de antecipação salarial autorizada, compensável em folha de pagamento, exceto adiantamento de férias.

8.1.2 – Férias: adiantamento de salário concedido por ocasião do gozo de férias, cuja devolução poderá ocorrer em até 5 (cinco) parcelas.

8.1.3 – Outros débitos de empregados: o montante de R\$ 8,6 milhões refere-se a débitos decorrentes de prejuízos causados por empregados, como diferenças de caixas, desaparecimento de bens do imobilizado e outros.

8.1.4 – Demais adiantamentos: referem-se aos adiantamentos a empregados, para pagamento de despesas sujeitas a posterior comprovação e ao valor devido por órgãos públicos pelos empregados cedidos a esses órgãos. O saldo de empregados cedidos – R\$ 3,3 milhões está líquido da provisão estimada para perdas no valor de R\$ 2,9 milhões a qual é constituída anualmente de forma a corresponder ao saldo vencido há mais de 365 dias e não pago pelos órgãos públicos nos quais os empregados encontram-se cedidos.

8.2 – Valores a Compensar

Correspondem a valores de tributos, encargos sociais pagos e outros valores recolhidos ou adiantados que serão compensados no momento da liquidação do fato gerador, compostos a seguir.

DIREITOS A COMPENSAR	2011	2010 (Reapresentado) *
Salário-maternidade	544	444
IRRF/Aplicações financeiras	89.999	38.230
ICMS a recuperar/compensar	57	37
IR a restituir	26.448	0,00
CSLL a restituir	23.274	0
IR – retido na fonte – Lei nº 9.430	68.626	18.269
CSLL retido na fonte – Lei nº 9.430	9.829	3.272
COFINS retido na fonte – Lei nº 9.430	18.549	3.441
PIS/PASEP retido na fonte – Lei nº 9.430	3.983	819
INSS retenção por clientes	538	3.640
Recolhimentos indevidos – Lei nº 10.833/03	331	570
Recolhimento indevido – INSS	239	216
INSS: pagamentos benefício/Empregados	33	1175
Instituições Bancárias-saque	0	290
Outros Impostos e Encargos Sociais a Compensar	172.660	258.233
TOTAL	415.110	328.636

* Conforme nota 3

8.2.1 – Imposto de renda retido na fonte: o montante de R\$ 90,0 milhões refere-se ao imposto de renda, compensável, cobrado sobre os rendimentos das aplicações financeiras. Seu valor elevado em 2011 decorre principalmente da não compensação do IR de aplicações no quarto trimestre daquele exercício, devido ao prejuízo fiscal apresentado.

8.2.2 – IR a Restituir e CSLL a Restituir: são provenientes do recálculo de IRPJ/CSLL do período de Janeiro/2007 a Dezembro/2010, principalmente face à provisões indedutíveis e incentivo fiscal cultural. Esse recálculo gerou valores a compensar desses tributos, representados por recolhimentos a maior em alguns trimestres, e acréscimos em Impostos e Contribuições a Pagar, por recolhimentos a menor em outros trimestres. A compensação entre valores a compensar e Impostos e Contribuições a Pagar depende do cumprimento de obrigações acessórias exigidas pela legislação federal.

8.2.3 – Tributos e Contribuições/Lei nº 9.430/1996: os valores R\$ 68,6 milhões (IRRF): R\$ 9,8 milhões (CSLL); R\$ 18,5 milhões (COFINS) e R\$ 4,0 milhões (PIS/PASEP) referem-se aos tributos e contribuições retidos, por órgãos da administração pública federal, quando do pagamento de produtos e/ou serviços adquiridos, que poderão ser compensados com os tributos federais a pagar. O incremento do saldo decorre principalmente da retenção feita pelo Banco do Brasil S/A pelo contrato firmado para acesso ao Banco Postal. A compensação se dará no prazo contratual (05 anos) a partir do momento da geração da receita, que se iniciará em janeiro/2012, sendo refletidas nesta rubrica as parcelas a serem compensadas no próximo exercício social.

8.2.4 – Recolhimentos indevidos – Lei nº 10.833/2003: o montante de R\$ 330,8 mil refere-se aos valores recolhidos à Receita Federal do Brasil, decorrentes de retenções indevidas de tributos, os quais, atualizados pela SELIC, podem ser compensados com qualquer imposto ou contribuição administrada pela Receita Federal, após o deferimento daquele órgão.

8.2.5 – Outros impostos e encargos sociais a compensar: o montante de R\$ 172,7 milhões é advindo do recálculo de PIS/COFINS do período de janeiro/2007 a dezembro/2010, considerando a tributação dessas contribuições pelo regime misto de tributação, ou seja, parte pelo regime cumulativo e parte pelo regime não cumulativo. Esse recálculo gerou valores a compensar dessas contribuições, representados por recolhimentos a maior no regime cumulativo, e acréscimos em impostos e contribuições a pagar, representados pelo reconhecimento da obrigação vinculada ao regime não-cumulativo. A compensação entre valores a compensar e impostos e contribuições a pagar depende do cumprimento de obrigações acessórias exigidas pela legislação federal.

8.3 – Cobrança Jurídica/Inadimplência
Representam os direitos, cuja cobrança está no âmbito judicial.

COBRANÇA JURÍDICA/INADIMPLÊNCIA	2011	2010
Faturas em cobrança jurídica	46.301	39.319
Provisão para faturas em cobrança jurídica	(44.912)	(37.746)
Cheques em cobrança jurídica	218	319
Faturas vinculadas a cheques em cobrança jurídica	-	-
Provisão para direitos em cobrança jurídica	(209)	-
Alcances	34.580	34.168
Provisão para alcances	(34.231)	(33.812)
Inadimplentes ACF	1.663	2.020
Inadimplentes com cobrança jurídica	1.031	759
Descredenciadas com cobrança jurídica	12.066	12.202
Provisão para débito de ACF	(13.290)	(12.486)
Débitos de empregados em cobrança jurídica	2.237	2.077
Provisão para débitos de empregados em cobrança jurídica	(2.179)	(2.057)
Cobrança jurídica de débitos de terceiros	16.643	17.770
Provisão para cobrança jurídica de débitos de terceiros	(16.181)	(15.812)
Inadimplentes AGF	113	-
TOTAL	3.850	6.722

8.3.1 – Faturas em cobrança jurídica: o montante de R\$ 46,3 milhões refere-se a débitos, em valores históricos, de inadimplentes, cuja cobrança é realizada pela área jurídica da ECT. Esse montante está acoberto por provisão estimada para perdas na importância de R\$ 44,9 milhões, conforme detalhado na nota 5.1.

8.3.2 – Alcances: o montante de R\$ 34,6 milhões refere-se a débitos, de empregados, decorrentes de ilícitos cujos processos (Tomada de Contas Especiais – TCE) foram enviados ao Tribunal de Contas da União – TCU para análise e julgamento. A

provisão estimada para perdas corresponde a R\$ 34,2 milhões a qual é constituída mensalmente, à base de 99% do saldo registrado até o mês anterior na subconta alcances, para absorver perdas causadas por detentores de valores e/ou bens.

8.3.3 – Descredenciadas com cobrança jurídica: o montante de R\$ 12,1 milhões refere-se a débitos de Agências de Correios Franqueadas – ACF, descredenciadas em face do descumprimento de cláusulas do contrato de franquia. Para esses casos, a ECT tem ajuizado ações de cobrança. A provisão estimada para perdas é constituída mensalmente, à base de 30% do saldo registrado até o mês anterior da subconta ACF inadimplentes e 100% dos saldos acumulados até o mês anterior das subcontas inadimplentes das agências de cobrança judicial e descredenciadas com cobrança judicial, para absorver possíveis perdas referentes a inadimplências das agências de correios franqueadas.

8.3.4 – Débitos de empregados em cobrança jurídica: o montante de R\$ 2,2 milhões refere-se a débitos de ex-empregados, apurados em processo regular, de valor inferior ao definido pelo Tribunal de Contas da União para instauração de Tomada de Contas Especial e para outros casos excepcionais, em que não tenha sido possível o desconto por meio da folha de pagamento. A provisão para perdas estimadas e constituída mensalmente, à base de 99% do saldo acumulado até o mês anterior da conta débitos de empregados em cobrança jurídica.

8.3.5 – Cobrança jurídica de débitos de terceiros do montante de R\$ 16,6 milhões, R\$ 11,8 milhões estão demonstrados no quadro a seguir e os demais valores são referentes à cobrança de fornecedores por vícios contratuais ou outras cobranças. Há registro de provisão com estimativa de perda para este ativo no valor de R\$ 16,2 milhões à base de 97% do saldo acumulado até o mês anterior.

Devedor	Valor	Observação
Interunion Capitalização – Papa-Tudo	11.764	Em fase de negociação/análise para liquidação do crédito mediante acordo extrajudicial, tendo sido nomeado liquidante.

8.4 – Valores a Apurar

PREJUÍZOS EM APURAÇÃO	2011	2010
Prejuízos a apurar – delitos externos	13.556	10.417
Prejuízos a apurar – delitos internos	29.922	22.842
Provisão estimada para perdas com prejuízos a apurar	(37.937)	(27.897)
Outros	349	486
TOTAL	5.890	5.848

8.4.1 – Delitos Externos/ Delitos Internos: os montantes de R\$ 13,6 milhões e R\$ 29,9 milhões referem-se aos registros de prejuízos causados, respectivamente, por terceiros e por empregados, cujos processos de apuração de responsabilidades ainda não foram concluídos. Em face da ECT pertencer ao Governo Federal todos os danos causados ao seu patrimônio são comunicados à Superintendência da Polícia Federal.

A provisão estimada para perdas é constituída mensalmente à base de 90% do somatório dos saldos acumulados até o mês anterior das subcontas prejuízos a apurar delitos internos e externos, com o montante acumulado de R\$ 37,9 milhões.

8.5– Outros Créditos

OUTROS CRÉDITOS	2011	2010
Notas promissórias	77	155
Vale postal internacional – importação	204	175
Outros pagamentos por conta de terceiros	4	4
Multas e sinistros de trânsito	2.681	3.619
Provisão para perdas estimadas com multas e sinistros	(2.655)	(3.582)
Serviço médico de aposentados	2.130	84
Outros	(6)	88
TOTAL	2.435	543

8.5.1 – Notas promissórias: o montante de R\$ 76,7 mil corresponde aos direitos suportados por notas promissórias.

8.5.2 – Vale Postal Internacional – Importação: a importância de R\$ 204,1 mil refere-se aos vales postais encaminhados pelas Administrações Postais para pagamento em território nacional.

8.5.3 – Multas e Sinistros de Trânsito: o valor de R\$ 2,7 milhões é referente a multas e sinistros de trânsito passíveis de decisão jurídica com relação ao desconto do empregado, cuja provisão estimada para perdas é constituída mensalmente, à base de 99% do saldo acumulado até o mês anterior da subconta multas e sinistros de trânsito.

8.5.4 – Serviço Médico de Aposentados: corresponde aos direitos de valores de co-participação do serviço médico-odontológico prestado aos aposentados e cuja cobrança é realizada pelo Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos – Postal.

NOTA 9 – NÃO-CIRCULANTE

9.1 – Imóveis Funcionais: o valor de R\$ 2,4 milhões refere-se ao saldo remanescente líquido da provisão estimada para perdas, atualizado monetariamente, da venda, em 1991, de imóveis residenciais funcionais, cuja cobrança e recebimento das prestações estão sob a responsabilidade da Caixa Econômica Federal – CEF. A provisão estimada para perdas é constituída anualmente de forma a corresponder aos saldos vencidos há mais de 365 dias e não pagos pelos empregados e ex-empregados à Caixa Econômica Federal para posterior repasse.

9.2 – Tributos Diferidos: face ao reconhecimento contábil de provisões, cujo valor será liquidado em períodos futuros por meio de saída de recursos, o que caracteriza a existência de uma diferença temporária entre o valor contábil do passivo e sua base fiscal, houve o registro dos tributos diferidos correspondentes ao IRPJ e CSLL (conforme detalhamento na nota sobre Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro), o qual será recuperável nos períodos futuros quando esse passivo for dedutível para determinar o lucro tributável, ou quando ocorrer o aproveitamento dos prejuízos fiscais, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 32 – Tributos sobre o Lucro (IAS 12). O IRPJ/CSLL diferidos devem ser classificadas sempre no Realizável a Longo Prazo no Balanço Patrimonial, mesmo que sua expectativa de realização seja de curto prazo. O detalhamento da movimentação e composição está na nota 17.

9.3 – Depósitos Judiciais, Recursais e Administrativos

Estão compostos conforme a seguir:

NATUREZA DO CRÉDITO	2011	2010
Depósitos judiciais	27.556	19.782
Depósitos recursais	18.339	19.639
Depósitos recursais administrativos	55.777	55.777
Assistência Jurídica – livre escolha	749	749
TOTAL	102.421	95.947

Os valores de R\$ 27,6 milhões, R\$ 18,3 milhões e R\$ 55,8 milhões referem-se aos depósitos realizados para fazer face às demandas judiciais em que a ECT figura como ré, cuja respectiva provisão passiva está detalhada na nota 14.2 cabendo ressaltar o seguinte: os depósitos judiciais são decorrentes de cumprimento de determinações judiciais e recebem atualização monetária mensal; os depósitos recursais decorrem da interposição de recursos em instância superior em face de derrota em primeira instância e são atualizados monetariamente todos os meses; os depósitos recursais administrativos são valores, a favor do INSS, equivalentes a 30% do valor do auto de infração relativos às Notificações Fiscais de Lançamento de Débito – NFLD. Mediante esse depósito, é interposto recurso administrativo.

9.4 – Valores a Compensar: referem-se aos tributos e contribuições retidos, por órgãos da administração pública federal, quando do pagamento de produtos e/ou serviços adquiridos, que poderão ser compensados com os tributos federais a pagar. Este saldo decorre da retenção feita pelo Banco do Brasil S/A pelo contrato firmado para acesso ao Banco Postal, já deduzida das parcelas classificadas no Ativo Circulante. A compensação se dará no prazo contratual (05 anos) a partir do momento da geração da receita, que se iniciará em janeiro/2012.

9.5 – Outros: do montante de R\$ 61,4 milhões de créditos a realizar, R\$ 57,9 milhões refere-se ao depósito de poupança-garantia pelo contrato comercial 531/2005, relacionado ao serviço de logística, com a Caixa Econômica Federal, registrado a valor presente.

NOTA 10 – INVESTIMENTOS

Estão compostos conforme a seguir:

NATUREZA DOS INVESTIMENTOS	2011	2010 (Reapresentado)
Participações não relevantes	3.516	3.516
FINAM	12.794	12.794
FINOR	15.268	15.268
Provisão para perdas	(28.062)	(28.062)
Museus e coleções	933	694
Imóveis Mantidos para Investimento	27.918	31.672
Outros investimentos	895	919
TOTAL	33.262	36.801

10.1 – Participações não relevantes e FINAM/FINOR - são aqueles decorrentes de participações não relevantes em Companhias Telefônicas, bem como decorrentes de aplicações de incentivos fiscais. Cabe mencionar que a provisão para as perdas com o FINAM/FINOR equivale a 100% do saldo, tendo em vista o desempenho negativo apresentado por estes fundos desde 2002. Não há intenção de venda destes ativos em curto prazo.

10.2 – Imóveis Mantidos para Investimentos - Os imóveis cedidos, alugados ou desocupados, ou seja, que não estejam sendo utilizados na produção ou fornecimento de bens e serviços ou finalidades administrativas, são caracterizados como mantidos pelo proprietário para obter rendas ou valorização do capital, ou ambas, e, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 28 – Propriedades para Investimentos (IAS 40), são classificadas como Investimentos. Ressalte-se que os valores de 2010 foram reapresentados para fins de comparabilidade.

NOTA 11 – IMOBILIZADO

Os critérios de mensuração, métodos de depreciação e taxas de depreciação estão detalhados na nota 2.14.

A seguir, estão detalhadas a composição e o valor referente à movimentação do imobilizado.

Movimentação e composição do ativo imobilizado

Rubrica	Valor Líquido em 31/12/2010	Baixas	Adições	Depreciação/Amortização	Dep./Amort. de bens baixados	Transferências	Valor Líquido em 31/12/2011
Terrenos	85.482	(41)	8.104	-	-	1.431	94.976
Prédios	313.580	(2)	62.509	(22.648)	(2)	2.324	355.763
Instalações em prédios próprios	140.847	(195)	22.229	(26.395)	-	-	136.486
Benefícios/instalações imóveis terceiros	44.373	(366)	19.581	(17.720)	(304)	-	45.868
Obras em andamento	191.464	-	68.625	-	-	(116.781)	143.306
Subtotal de Imóveis	775.746	(604)	181.048	(66.763)	(306)	(113.026)	776.399
Móveis e utensílios	171.597						

variáveis. Nessa rubrica são registradas mensalmente, também, as provisões para 13º salário no valor correspondente a 1/12 (um doze avos) da remuneração de cada empregado e encargos sociais respectivos e para férias à base 1/12 (um doze avos) da remuneração de cada empregado, acrescido do adicional de 70% (conforme acordo coletivo de trabalho) e demais encargos sociais cabíveis.

13.3 - Encargos sociais: correspondem às obrigações relativas às contribuições patronais. O acréscimo na comparação com 2010 pode ser atribuído ao incremento normal da folha de pagamento.

ENCARGOS SOCIAIS	2011	2010 (Reapresentado)
INSS – empregador	93.743	82.017
Postalis – empregador	796	722
SENAI adicional	683	609
Salário educação	8.633	7.245
FGTS	40.343	33.529
INSS – contribuinte individual	883	785
INSS – cooperativas	742	535
Postalprev empregador	17.210	25.076
Reservas a amortizar – serviço passado	229.765	215.279
TOTAL	392.798	365.797

13.4 - Impostos e contribuições: Estão compostos conforme a seguir:

IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES	2011	2010 (Reapresentado)
INSS Empresas - retenção fonte	5.876	4.762
INSS retenção - contribuição individual	351	317
Obrigações Tributárias (COFINS, PASEP e ICMS)	364.129	336.252
INSS contribuinte individual	(39)	2
ISSQN – retido de terceiros	25	21
IRF – retido de terceiros	0	2
Retenções na fonte - Lei nº 9.430/1996	1	2
IRPJ	145.434	194.722
CSLL	43.675	63.428
TOTAL	559.452	599.508

Como obrigações tributárias (COFINS, PASEP e ICMS), os valores principais são os advindos do recálculo de PIS/COFINS do período de janeiro/2007 a dezembro/2010, considerando a tributação dessas contribuições pelo regime misto de tributação, ou seja, parte pelo regime cumulativo e parte pelo regime não cumulativo. Esse recálculo gerou valores a compensar dessas contribuições, representados por recolhimentos a maior no regime cumulativo e acréscimos em impostos e contribuições a pagar, representados pelo reconhecimento da obrigação vinculada ao regime não-cumulativo, as quais foram acrescidas dos encargos de mora (juros e multa).

Os valores de IRPJ e CSLL são representados pelo recálculo de IRPJ/CSLL do período de janeiro/2007 a dezembro/2010, principalmente face às provisões indevidáveis e incentivo fiscal cultural. Esse recálculo gerou valores a compensar desses tributos, representados por recolhimentos a maior em alguns trimestres, e acréscimos em impostos e contribuições a pagar, por recolhimentos a menor em outros trimestres, os quais foram acrescidos dos encargos de mora (juros/multa).

13.5 - Dividendos a pagar: foram destinados dividendos da ordem de R\$ 358,5 milhões, conforme decisão da Administração. No decorrer de 2011 foram calculados juros sobre capital próprio no valor de R\$ 204,5 milhões e registrados como despesa financeira, os quais são imputados aos dividendos mínimos obrigatórios.

Ressalte-se, contudo, que em setembro/2011, foi realizada antecipação de dividendos à União no valor de R\$ 350,0 milhões conforme decisão do Conselho de Administração em 29/09/2011 por meio do Relatório/CA-048/2011, considerando o lucro apurado até o mês de agosto/2011 que era da ordem de R\$ 781,3 milhões. Assim, o total a recolher à União no transcorrer de 2012 é de R\$ 8,5 milhões.

O Estatuto Social da ECT determina o percentual mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, para o pagamento de dividendos à União. Contudo, tem sido prática a destinação de dividendos da ordem de 50% dos lucros, por determinação da União, desde o exercício de 2006. A seguir, a demonstração do cálculo em 2011 e em 2010.

Demonstração do cálculo do dividendo mínimo obrigatório	2011
A- Lucro apurado	882.747
B- Ajustes de exercícios anteriores (nota 3) ⁽¹⁾	(184.032)
C- Tributos diferidos do exercício (nota 17)	(128.818)
D- Base de cálculo (A-B-C) = Lucro líquido ajustado	569.897
E- 5% destinado à reserva legal (D x 5%)	(28.495)
F- Lucro após a reserva legal (E-D)	541.402
G- 50% do lucro após reserva legal (F x 50%)	270.701
H- Juros sobre capital próprio	204.460
I- Dividendos apurados (G-H)	66.241
J- Adiantamento feito à União	(350.000)
L- Dividendo adicional proposto (vide nota 2.23)	8.500
M- Total Dividendo distribuído e adicional	358.500

Demonstração do cálculo do dividendo mínimo obrigatório	2010
A- Lucro apurado	826.947
B- Ajustes de exercícios anteriores	-
C- Tributos diferidos	-
D- Base de cálculo (A-B-C) = Lucro líquido ajustado	826.947
E- 5% destinado à reserva legal (D x 5%)	41.347
F- Lucro após a reserva legal (E-D)	785.600
G- 50% do lucro após reserva legal (F x 50%)	392.800
H-Juros sobre capital próprio	201.097
I- Dividendos apurados (G-H)	191.703
J- Total (H+I)	392.800

Os ajustes de exercícios anteriores foram todos imputados aos resultados de 2011 para efeito de determinação da base de cálculos dos dividendos mínimos obrigatórios.

Como se observa nos demonstrativos anteriores, mantidos os critérios de cálculo de 2010, o valor dos dividendos a recolher seriam de R\$ 270,7 milhões. Contudo, por decisão da Administração, o valor já recolhido é de R\$ 350,0 milhões e o adicional proposto é R\$ 8,5 milhões, que correspondem a 66% do lucro líquido ajustado após constituição da reserva legal. Ressalte-se, ainda em 2011, a ocorrência de ajustes de exercícios anteriores no valor de R\$ 184,0 milhões que afetaram negativamente os lucros acumulados, bem como o diferimento de tributos no valor de R\$ 128,8 milhões, o qual não corresponde a lucro realizado. Em conformidade com a Lei 6.404/1976, tais valores devem ser excluídos do lucro apurado no exercício a fim de compor a base de cálculo dos dividendos.

13.6 - Arrecadação e recebimentos: do montante de R\$ 48,1 milhões, destacam-se os recebimentos para o Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos – Postalis no valor de R\$ 24,1 milhões, R\$ 3,8 decorrentes das transferências de numerário de terceiros, via serviço de vale postal nacional e R\$ 7,8 milhões de imposto de importação. Além destas, as demais obrigações que compõem esse grupo estão em destaque no quadro a seguir. Cabe salientar que essas obrigações são liquidadas mensalmente e na forma pactuada.

ARRECADAÇÃO E RECEBIMENTOS	2011	2010
Recebimento para o Postalis	24.071	21.195
Emissão vale postal nacional	3.848	9.818
Vale postal internacional	376	1.284
Venda de produtos de terceiros e consignados	1.163	2.591
Recebimento de contas – serviços públicos	225	353
Recebimento de contas – serviços particulares	748	819
Reembolso postal – entrega	1.446	1.612
Venda de título de capitalização	118	99
Recebimento de imposto de importação	7.677	4.609
Serviços virtuais	640	1.147
Outros recebimentos/arrecadações	7.770	2.006
TOTAL	48.082	45.533

13.7 - Adiantamentos de clientes: o montante de R\$ 9,0 milhões é composto, principalmente, de adiantamento de clientes e adiantamentos para pagamentos de INSS.

13.8 - Contas internacionais a pagar: o valor de R\$ 52,5 milhões representa as obrigações para com as Administrações Postais, Operadores Privados e Cias. Aéreas em face das transações internacionais dos Correios. O saldo de 2011 ainda traz a influência de saldos de anos anteriores, tendo em vista a própria dinâmica temporal das regras estabelecidas pela União Postal Universal - UPU, da qual o Governo Brasileiro é signatário e a ECT é obrigada a seguir.

13.9 - Precatórios: são obrigações decorrentes de sentenças judiciais acrescidas mensalmente da atualização monetária, sendo o total vencível em 2012, a seguir demonstrado:

PRECATÓRIOS/MANDADOS JUDICIAIS	2011	2010
Precatórios (Circulante)	51.850	27.491
TOTAL	51.850	27.491

13.10 - Provisões: o saldo de R\$ 13,6 milhões corresponde à confissão de dívida junto a fornecedores, cujo desfecho encontra-se ainda em discussão.

13.11- Empréstimos e financiamentos: obrigações decorrentes de financiamentos, em moeda estrangeira, com períodos de amortização entre cinco e dez anos com garantias do Banco do Brasil S/A. Para o exercício de 2011, foram aprovados R\$ 23,4 milhões, sendo R\$ 22,4 milhões composto conforme quadro abaixo e R\$ 1,0 milhão de juros/comissões sobre estes financiamentos. Nos exercícios seguintes, temos mais R\$ 21,2 milhões para os mesmos agentes financeiros.

Agente Financeiro	Data Base	Prazo Final	Qtde Parcelas Restantes	Valor em		Qtde Parcelas			TOTAL			
				31/12/2011	- Moeda Estrangeira	Circulante	Não Circulante	Circulante				
KFW	30/12/2011	28/02/2013	3	EUR	7.921	EUR	2.43420	2	1	12.855	6.428	19.283
JBIC	30/12/2011	12/12/2015	13	JPY	848.074	JPY	0,02431	5	8	7.694	12.923	20.617
Marubeni	30/12/2011	12/12/2013	4	JPY	153.822	JPY	0,02431	2	2	1.870	1.869	3.739
Danske Bank	30/12/2011	30/09/2011	0	EUR	-	EUR	2,43420	0	0	0,00	0,00	0,00
Provisão de Encargos e Comissões										1.009	-	1.009
TOTAL										23.428	21.220	44.648

A seguir, o detalhamento das parcelas a vencer discriminadas por agente financeiro e exercício social:

Agente Financeiro	2012	2013	2014	2015
KFW	12.855	6.427	-	-
JBIC	7.694	6.509	3.207	3.207
Marubeni	1.870	1.869	-	-
TOTAL	22.419	14.805	3.207	3.207

A garantia do Contrato de Outorga de Contragarantia nº-10.322 celebrado em 28/04/2000 entre o Banco do Brasil e a ECT, com prazo de vigência de 5,706 dias (vencendo em 12/12/2015), tem como objeto garantir os Contratos de Financiamento Externos (JBIC, MAUBENI, KFW e Danske Bank) – condição necessária à época. Em contrapartida, para que o Banco seja o garantidor das operações, paga-se comissões a duas de suas agências, a Agência Corporate e a BB Grand Cayman, e, ainda, deixa bloqueado parte dos papéis do Fundo Exclusivo Extramercado 13.

Financieiro	Data Base	Prazo Final	Qtde Parcelas Restantes	SITUAÇÃO DOS CONTRATOS - 31/12/2010			Qtde Parcelas			Em Reais				
				Valor Original	Pago até 31/12/2010	Saldo	Circulante	Não Circulante	Circulante (R\$)	Não Circulante (R\$)	TOTAL (R\$)			
KFW	31/12/2010	28/02/2013	5	EUR	62.128	EUR	48.927	EUR	13.202	2	13	11.766	17.649	29.415
JBIC	31/12/2010	12/12/2015	23	JPY	6.098	JPY	4.639.838	JPY	1.457.828	10	3	12.500	17.386	29.886
Marubeni	31/12/2010	12/12/2013	8	JPY	2.676	JPY	2.381.894	JPY	294.308	4	4	2.880	3.153	6.033
Danske Bank	31/12/2010	30/09/2011	2	EUR	18.247	EUR	16.279	EUR	1.968	2	0	4.384	-	4.383
TOTAL sem Provisão de Encargos e Comissões												31.530	38.188	69.719
Provisão de Encargos e Comissões												1.527	-	1.527
TOTAL												33.058	38.188	71.246

3.12 – Participação nos Lucros e Resultados – PLR: nesse exercício foram destinados R\$ 89,5 milhões a título de PLR, conforme limitador de 11,9% do lucro líquido obtido no exercício e não superior a 25% dos dividendos distribuídos, estabelecido pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e ainda, dentro dos termos da Resolução CCE (Conselho de Coordenação e Controles das Empresas Estatais) nº 010, de 30 de maio de 1995. Ressalte-se que embora a ECT tenha atingido o lucro líquido de R\$ 882,7 milhões, a base de cálculo da PLR deve ser o lucro ajustado, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, conforme detalhado na nota 13.5. No passivo circulante, o valor registrado é de R\$ 42,3 milhões, tendo em vista o adiantamento concedido aos empregados em dezembro/2011, conforme autorização da Administração.

A seguir a demonstração do cálculo:

Demonstração do cálculo da Participação nos Lucros e Resultados	2011	2010
A- Lucro apurado	882.747	826.947
B- Tributos diferidos do exercício (nota 17)	(128.818)	-
C- Base de cálculo (A-B) = lucro líquido ajustado	753.929	826.947
D- PLR apurada	89.527	98.200

Ressalte-se que, por decisão da Administração, os ajustes de exercícios anteriores, descritos na nota 3, não foram considerados como fatores que gerassem alteração no lucro líquido obtido no exercício para efeito de base de cálculo da PLR.

13.13 - Receitas Recebidas Antecipadamente: com um total de R\$ 483,5 milhões, é composta por R\$ 463,2 milhões referente às luvas do Banco Postal (atualizadas monetariamente) e mais R\$ 20,3 milhões relativos, principalmente, aos recebimentos decorrentes de aluguéis de Caixas Postais que, em face do regime de competência adotado, devem ser apropriadas no curso de 2012.

13.14 - Juros Remuneratórios sobre Capital Próprio: o benefício tributário dos juros sobre o capital próprio é inicialmente reconhecido na demonstração do resultado do exercício como despesa financeira, conforme determinação da legislação federal, e são imputados aos dividendos. No Passivo, não há saldo a ser repassado ao sócio, uma vez que a obrigação foi integralmente absorvida pelo adiantamento de dividendos mencionado na nota 13.5.

NOTA 14 - PASSIVO NÃO-CIRCULANTE

14.1 - Postalis Reservas a Amortizar

A ECT é patrocinadora de uma entidade fechada de previdência privada complementar, sem fins lucrativos, constituída em 26 de janeiro de 1981, denominada Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos – Postalis, que tem por finalidade garantir a suplementação dos benefícios de aposentadoria e pensão a seus empregados e participantes, por meio do Plano de Benefício Definido – PBD e do Plano de Contribuição Definida – Postalprev.

Atualmente, o PBD não recebe mais adesões. Seu saldamento ocorreu em março de 2008 e o saldo registrado até então era de R\$ 632,8 milhões.

Em março de 2009, foi apresentado pelo Postalis à Diretoria da ECT o plano de custeio do benefício definido saldado, referente ao exercício de 2009, para homologação. Este documento apresentou a avaliação atuarial do plano BD saldado, com a demonstração de R\$ 793,0 milhões como valor adicional necessário para a cobertura do risco atuarial (Reserva de Tempo de Serviço Anterior ou "serviço passado" - RTSA), decorrente do saldamento do plano BD do Postalis.

Em 05/05/2010, os Conselhos de Administração e Fiscal proferiram em decisão conjunta que a ECT reconhecesse o RTSA adicional apresentado em 2009. Dessa forma, foi reconhecido no balanço de 2009 o passivo adicional de R\$ 793,0 milhões. Já em 30/10/2010, o Departamento de Coordenação e Governança das Estatais do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio do ofício 344/2010, se posicionou favoravelmente a que a ECT reconhecesse e assumisse a diferença do aporte da RTSA e, ainda, recomendou expressamente a contratação pela ECT da dívida de R\$ 1.489,8 milhões, dívida essa que seria considerada financeira a partir de 01/08/2010, com evolução equivalente à variação do INPC, acrescida de juros de 6% (seis por cento) ao ano e deduzidas as amortizações dos pagamentos efetuados. Posição essa ratificada também pelo ofício número 80-DEST-MP, de 14 de fevereiro de 2011, e nota técnica 39/DEST-MP de mesma data. No âmbito interno, a aprovação ocorreu por meio do Relatório/DIGEP 040/2010, de 15/12/2010.

Em que pese o termo de convênio entre as duas partes – ECT x Postalis ainda não ter sido assinado, cabe à ECT, por prudência e em conformidade com o CPC nº 25 – Ativos e Passivos Contingentes, o registro na forma de provisão, pois esta deve ser reconhecida quando: a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado; seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Assim, a ECT passou a considerar o passivo de R\$ 1.489,8 milhões, com data base de 01/08/2010, como financeiro. Dentro desse contexto, a rubrica Postalis Reservas a Amortizar totaliza no balanço patrimonial a importância de R\$ 1.405,3 milhões divididos entre Circulante (R\$ 229,8 milhões) e Não-Circulante (R\$ 1.175,6 milhões). Ressalte-se que a importância apresentada corresponde àquela constante das demonstrações contábeis do Postalis em 2011.

Ressalta-se, ainda, que mensalmente estão sendo pagas parcelas ao Postalis correspondentes ao percentual de 7,507% sobre a folha de pagamento, percentual este aceito pela ECT por ocasião da aprovação do plano de custeio/2009.

14.2 – Passivo Contingente: A ECT, no curso normal de suas operações, está envolvida em processos legais, de natureza trabalhista, cível e tributária. A Companhia constituiu provisões para processos legais a valores considerados pelos seus assessores jurídicos e sua Administração como sendo suficientes para cobrir perdas prováveis.

Os processos trabalhistas são movidos, na grande maioria, por ex-empregados, empregados ou sindicatos da categoria. As provisões de perdas prováveis representam vários pedidos reclamados, como: indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de função, representação e outros.

Nas ações de natureza cível, destacam-se, principalmente, as ações de cobrança movidas por fornecedores pelo entendimento de vícios nos contratos de prestação de serviço e/ou fornecimento de produtos.

As provisões são constituídas à base de 100% do valor de cada demanda judicial ajuizada contra a ECT, cujo desfecho seja avaliado, pela área jurídica, como de perda provável. Em 31 de dezembro de 2011, essas provisões, atualizadas monetariamente, são apresentadas da seguinte forma, de acordo com a natureza das correspondentes causas:

PROVISÕES PASSIVAS	2011	2010 (Reapresentado)
Demandas trabalhistas	222.129	230.392
Demandas cíveis	228.342	205.658 ⁽¹⁾
Demandas tributárias	12	0,00
TOTAL	450.483	436.050

(1) A reclassificação refere-se às ações de fornecedores antes registradas no grupo Mandados e Precatórios (nota 14.4).

14.2.1 - Movimentação das provisões passivas contingenciadas:

Provisões Passivas	Saldo inicial 2011	Provisões adicionais/aumentos	Provisões utilizadas (despesa)	Provisões revertidas ou com alteração de risco	Aumento por Atualização monetária	Saldo final 2011
Trabalhistas	230.392	46.635	(31.549)	(27.626)	10.507	228.359
Cíveis	205.658	7.071	(1.025)	(9.269)	19.677	222.112
Tributárias	-	5	-	-	7	12
Total	436.050	53.711	(32.574)	(36.895)	30.191	450.483

Ressalte-se que parte do saldo contingente está acobertado por depósitos judiciais e recursais conforme valores detalhados na nota 9.3

Apresentamos a seguir a situação atual, no âmbito jurídico, dos principais processos legais com probabilidade de perda provável:

DESCRICO	SITUAÇÃO ATUAL
Autor: Transbrasil Natureza: cível Pagamento atrasado/correção monetária - contratos administrativos - direito administrativo e outras matérias do direito público	Ação ajuizada pela Transbrasil em virtude de contrato celebrado com a ECT. Pleiteia valores que julga devidos em decorrência de transporte de encomendas das linhas RPN - rede postal noturna. A ação foi julgada parcialmente procedente e a ECT apresentou recurso de apelação contra sentença que deferiu o pagamento de correção monetária e juros de mora em razão de atraso verificado no pagamento de faturas pela ECT. Apelação julgada parcialmente procedente apenas para declarar prescrita parte da dívida da ECT. O processo está pendente de julgamento de recurso especial e recurso extraordinário. Exposição máxima atualizada: R\$ 65,4 milhões
Autor: Vasp Natureza: cível Pagamento atrasado/correção monetária - contratos administrativos - direito administrativo e outras matérias do direito público.	Ação ajuizada pela massa falida da VASP em virtude de contrato celebrado com a ECT. Pleiteia valores que julga devidos em decorrência de atraso no pagamento das faturas pelos serviços prestados de transporte de encomendas das linhas RPN – rede postal noturna. Julgado parcialmente procedente o pedido. A ECT apresentou recurso de apelação. A apelação manejada foi julgada improcedente. O processo está pendente de julgamento de recurso especial e recurso extraordinário. Exposição máxima atualizada: R\$ 58,4 milhões
Autor: Sindicato Regional dos Trabalhadores dos Correios de Campinas e Rio Claro Natureza: Trabalhista Pagamento de verbas trabalhistas - progressão salarial horizontal.	Ação civil pública movida pelo SINTECT/CAS e SINTECV/P em trâmite perante a 1ª Vara do Trabalho de São José dos Campos, autuada sob nº 01597-2001-013-15-00-1, cujo objeto é a incorporação de progressões horizontais por antiguidade e o pagamento das diferenças salariais delas decorrentes. A ação foi julgada procedente em parte e a ECT condenada a proceder à progressão horizontal por antiguidade aos empregados que integram a categoria representada pelos sindicatos-autores e ao pagamento das diferenças delas decorrentes. A ECT interpôs recurso ordinário e a sentença foi mantida. A ECT apresentou recurso de revista, que teve seguimento denegado. Apresentou então competente agravo de instrumento que não foi concedido. Autos transitaram em julgado. Fase processual: liquidação de sentença (perícia contábil) Exposição máxima atualizada: R\$ 41,4 milhões.
Autor: Varig Natureza: Cível Pagamento atrasado/correção monetária - contratos administrativos - direito administrativo e outras matérias do direito público	Trata-se de processo ajuizado pela Varig em virtude de contrato celebrado com a ECT e pleiteia valores que julga serem devidos em transporte de encomendas das linhas RPN - rede postal noturna. A ação foi julgada parcialmente procedente e a ECT apresentou recurso de apelação. A apelação manejada contra sentença que deferiu o pagamento de correção monetária e juros de mora em razão de atraso verificado no pagamento de faturas pela ECT em favor de empresa de transporte aéreo com a qual mantém contrato. Apelação julgada parcialmente procedente apenas para declarar prescrita parte da dívida da ECT. O processo está pendente de julgamento de recurso especial e recurso extraordinário. Exposição máxima atualizada: R\$ 42,6 milhões.
Autor: SINTECT - Ceará Natureza: Trabalhista Pagamento de URP - Unidade de Referência de Preços - e implantação na folha de pagamento.	Trata-se de ação movida pelo SINTECT/CE, cujo objeto é a incorporação de atualizações da URP atrasadas e ainda, inclusão no folha de pagamento dos empregados. A ação foi julgada procedente em parte a proceder ao pagamento das diferenças delas decorrentes. A ECT interpôs recurso ordinário e a sentença foi mantida. A ECT apresentou recurso de revista o qual teve seguimento denegado. Apresentou então competente agravo de instrumento que não foi conhecido. Autos transitaram em julgado. Fase processual: liquidação de sentença e expedição de precatório. Exposição máxima atualizada: R\$ 24,9 milhões.
Autor: Laine Ives Natureza: Trabalhista Pagamento/reenquadramento	Trata-se de ação movida pela autora visando reenquadramento salarial. A ação foi julgada procedente em parte a determinar a ECT a proceder ao pagamento das diferenças delas decorrentes. A ECT interpôs recurso ordinário e a sentença foi mantida. A ECT apresentou recurso de revista o qual teve seguimento denegado. Apresentou então competente agravo de instrumento que não foi conhecido. Autos transitaram em julgado. Fase processual: liquidação de sentença e expedição de precatório. Exposição máxima atualizada: R\$ 10,1 milhões.
Autor: Real Alagoas de Viação Natureza: Cível Extravio de malas transportadas.	Trata-se de Ação de indenização movida pela ECT de ônibus que teve diversas malas extravaziadas. A ação foi julgada procedente em parte a determinar a ECT a proceder ao pagamento de indenização pelo extravio. A ECT interpôs recurso de apelação e por último recurso especial no STJ que não foi conhecimento por falta de pré-questionamento. Autos transitaram em julgado. Fase processual: liquidação de sentença e expedição de precatório. Exposição máxima atualizada: R\$ 5,7 milhões.
Autor: Paulo Sergio de Melo e outros Natureza: Trabalhista Anistia constitucional com reintegração e efeitos financeiros	Movida reclamação trabalhista pelo reclamante buscando reintegração ao trabalho com base na lei de anistia daqueles empregados que foram demitidos por perseguição política. Foi julgada procedente em parte a ação. Recurso ordinário da ECT e dos reclamantes, recurso de revista dos reclamantes, Embargos no TST dos reclamantes, agravo de petição da ECT. Transitou em julgado. Está na fase de expedição de ofício-formação de precatórios. Exposição máxima atualizada: R\$ 5,6 milhões.
Autor: Nilton Wagner Segundo Santos Natureza: Trabalhista Anistia Constitucional com reintegração e efeitos financeiros	Movida reclamação trabalhista pelo reclamante buscando reintegração ao trabalho com base na lei de anistia daqueles empregados que foram demitidos por perseguição política. Foi julgada procedente em parte a ação. Recurso ordinário procedente em parte. Transitou em julgado. Está na fase de liquidação do débito para pagamento de precatórios. Exposição máxima atualizada: R\$ 5,2 milhões
Autor: Roberto Mascarenhas das Virgens Natureza: Trabalhista Anistia Constitucional com reintegração e efeitos financeiros	Movida reclamação trabalhista pelo reclamante buscando reintegração ao trabalho com base na lei de anistia daqueles empregados que foram demitidos por perseguição política. Foi julgada improcedente recurso ordinário do reclamante. Reforma parcial no TST. Exposição máxima atualizada: R\$ 5,2 milhões.
Autor: Mária Núbia Souza e outros Natureza - Trabalhista Progressão Salarial	Trata-se de ação ajuizada por Maria Núbia Souza em razão de progressão salarial. A sentença de 1º grau julgou improcedente a ação. Interposto recurso ordinário foi dado parcial provimento ao recurso dos reclamantes, para condenar a ECT ao pagamento de diferenças salariais, parcelas vencidas e vencidas a partir de agosto/1992 pela concessão de referências do PCCS, com reflexos. Interposto recurso de revista, não admitido, interposto AI, negado provimento. Recebido mandado de citação em 12/09/2

DESCRIÇÃO	SITUAÇÃO ATUAL
Autor: Alexandrino Aparecido Alves da Silva e outros Natureza - Trabalhista Anistia Constitucional com reintegração e efeitos financeiros	Trata-se de ação ajuizada em 30/11/1990 por Alexandrino Aparecido Alves da Silva e outros em razão de anistia constitucional com reintegração e efeitos financeiros. A ação foi julgada procedente em parte (R\$ 10.000.000.000,00). Recurso ordinário da ECT e dos reclamantes, recurso de revista da ECT e dos reclamantes, embargos no TST da ECT e dos reclamantes, Recurso extraordinário da ECT. Atualmente, aguarda retorno à origem do agravo de petição e prosseguimento da execução. Exposição máxima atualizada: R\$ 3,4 milhões.
Autor: Tiefbau - Engenharia S/A Natureza - cível correção monetária de faturas	Trata-se de ação ajuizada por TIEFBAU - Engenharia Indústria de Construções LTDA onde pretende, em síntese, receber diferenças devidas por pagamento intempestivos dos serviços de engenharia prestados a ECT. Sentença desfavorável a ECT. Acórdão confirmou a sentença. Valor da execução R\$ 323.536,44. A fase atual é a formação do precatório. Exposição máxima atualizada: R\$ 3,4 milhões.
Autor: São Paulo Transportes/SC Natureza - Cível Ressarcimento de vales-transportes	Trata-se de ação ajuizada por São Paulo Transportes visando o ressarcimento de vales-transportes que estavam sendo transportados em 392 envelopes SEDEX, que não foram entregues aos destinatários em decorrência de assalto ocorrido na viatura da ECT. A ação foi julgada improcedente - favorável à ECT. A autora interpôs apelação em 23/01/2007, que se encontra pendente de julgamento no TRF - 3ª Região, constando como último andamento redistribuição por sucessão/atribuição José Lunardelli desde 01/07/2010. Exposição máxima atualizada: R\$ 3,0 milhões.
Autor: Defensoria Pública Natureza - Cível Anulação Contrato administrativo	Trata-se de ação ajuizada em 20/10/2011 por pela Defensoria Pública da União no Estado do Ceará pleiteando a anulação dos contratos administrativos relativos à contratação de mão de obra terceirizada. Foi concedida antecipação de tutela. Ainda não houve prolação de sentença. ECT ingressou com agravo de instrumento, sendo provido pelo TRF da 5ª Região. Ademais a ECT ingressou com embargos de declaração da decisão interlocutória que concedeu a tutela antecipada e ainda com a impugnação do valor da causa. Ação Civil Pública já foi contestada. A última situação do processo foi a intimação da parte autora em face da interposição de embargos de declaração por parte da ECT. Exposição máxima atualizada: R\$ 2,0 milhões.
Autor: Emir Francisco da Silva e outros Natureza - Trabalhista Progressão salarial	Trata-se de ação ajuizada por Emir Francisco da Silva em razão de progressão salarial. Sentença de 1º grau julgou improcedente a ação. Interposto Recurso Ordinário foi dado parcial provimento ao recurso dos reclamantes. Interposto Recurso de Revista, admitido, não conhecido no TST. Recebido Mandado de citação em 04/04/2011, no valor total de R\$ 1,5 milhões (homologados os cálculos elaborados pelo contador ad hoc). Embargos à Execução interpostos pela ECT, impugnando a aplicação da atualização pela taxa SELIC sobre os descontos previdenciários, eis que não está em mora. Rejeitados os Embargos, ECT interpôs Agravo de Petição, que ainda não foi julgado. Execução provisória segue quanto às parcelas incontroversas, tendo sido a ECT intimada em 16/01/12, para comprovar a inclusão em folha de pagamento. Exposição máxima atualizada: R\$ 1,6 milhões.
Autor: Elias Francisco da Silva e outros Natureza - Trabalhista Anistia Constitucional com reintegração e efeitos financeiros	Trata-se de ação ajuizada por Elias Francisco Silva e outros em vista de Anistia Constitucional com reintegração e efeitos financeiros. Procedência em Parte (NCz\$ 12.000,00) Recurso Ordinário da ECT e dos reclamantes, Recurso de Revista da ECT e dos reclamantes, Embargos no TST da ECT e dos reclamantes, Recurso Extraordinário da ECT. Situação atual: Expedição de Mandado de Reintegração, cumprido em 04/08/2011. Exposição máxima atualizada R\$ 1,6 milhões.
Autor: Alcenir Resseguier e outros Natureza - Trabalhista Progressão Salarial	Trata-se de ação ajuizada por Alcenir Resseguier e outros visando, e síntese, progressão salarial com todos os consectários. A sentença foi favorável à ECT. Sentença favorável a ECT. O Acórdão deu provimento ao recurso dos reclamantes, alterando a subscendência. Recurso de revista da ECT teve o seguimento negado. Ato interposto não foi conhecido. ECT impugnou a execução, de modo que o valor final homologado foi R\$ 67,0 mil. Recurso de revista da ECT teve o seguimento negado. A ECT impugnou a execução, de modo que o valor final homologado foi R\$ 67.067,50. A fase atual é de formação de precatório. Exposição máxima atualizada: R\$ 1,4 milhões.
Autor: sindicato dos trabalhadores em empresas de correios e telégrafos do maranhão - SINTECT/MA Natureza - trabalhista Ação civil pública com pedido de antecipação dos efeitos da tutela	Trata-se de ação ajuizada pelo SINTECT/MA visando, dentre outros, a instalação de câmeras de segurança, portas giratórias com detectores de metal e contratação de vigilantes em todas as agências do Banco Postal do Maranhão, bem como, a indenização por danos morais coletivos a ser revertida em favor do sindicato autor. A ação foi distribuída em 14/05/2009; A sentença de 09/11/2010 foi procedente em parte; A sentença de embargos declaratórios opositos pelo Bradesco; Recurso Ordinário da ECT: 02/02/2011. Exposição máxima atualizada: R\$ 1,3 milhões.

14.2.2 - Processos judiciais e administrativos não-aprovisionados

14.2.2.1 - Perda possível

Em 31/12/2011, a ECT era ré em outras 23.914 demandas judiciais nas esferas cível e trabalhista, já com perda em primeira instância, ou seja, perda possível, cujo montante pleiteado era da ordem de R\$ 1.918 milhões, bem como em mais 7.605 processos administrativos e 393 suspensos, cujo montante corresponde a mais R\$ 2.674 milhões. Entretanto, o efeito financeiro e o prazo para desembolso são de difícil mensuração, haja vista os diversos recursos que ainda serão impetrados nas instâncias seguintes. De acordo com o CPC nº 25, não cabe provisão para essas contingências em face do risco jurídico ser, ainda, de possível perda.

14.2.2.2 - Perda Remota

Conforme controles constantes no sistema de acompanhamento de processos judiciais e administrativos da ECT, há registros de perda remota nos processos que envolvem a discussão sobre a imunidade tributária da ordem de R\$ 13,5 bilhões. Vem sendo questionado ao Departamento Jurídico a necessidade de alteração do risco processual de todas as ações relativas ao tema imunidade tributária, considerando a posição adotada pelo STF nos autos do Recurso Extraordinário nº 601.392. Neste sentido, segue um breve relato dos fatos de forma a sustentar a correção e manutenção dos atuais registros processuais: Em 23.06.2009, foi interposto pela ECT o Recurso Extraordinário nº 601.392 perante o Supremo Tribunal Federal - STF, visando à reforma do Acórdão proferido na Apelação Cível nº 1999.70.00.031906-3/PR, do TRF da 4ª Região que entendeu pela possibilidade de tributação de atividades postais desempenhadas pela ECT em suposto regime de concorrência. Distribuído a relatoria do Ministro Joaquim Barbosa, o Plenário Virtual do STF decidiu, em 13/11/2009, pela existência de repercussão geral sobre a matéria discutida nos autos.

A jurisprudência do STF reconheceu as prerrogativas de Fazenda Pública da ECT no tocante à impenhorabilidade de seus bens, rendas e serviços, bem como reconheceu a incidência da regra constitucional da imunidade tributária recíproca; e, por fim, a manutenção do regime de exclusividade na prestação do serviço postal consoante o disposto no artigo 9º da Lei nº 6.538/78. Todas essas decisões partiram da premissa de que o serviço postal é serviço público federal, de prestação compulsória, sendo que o recurso ajuizado pela ECT visa desconstituir o referido acórdão que determinou a incidência de ISSQN sobre serviços que são prestados pela ECT e não estão sob o manto do monopólio ou exclusividade.

No processo em questão, o Município de Curitiba pretende a tributação de atividades postais típicas, que embora não monopolizadas, são prestadas pela ECT em regime de Direito Público. Todas estas atividades estão previstas da Lei Postal, art. 7º, § 2º e 3º, da Lei nº 6.538/1978.

Iniciado o julgamento, com os votos colhidos até o presente momento a situação processual é desfavorável a ECT. Entretanto, o julgamento não foi encerrado, estando o processo com vistas ao Ministro Dias Toffoli. Este fato é de extrema importância, considerando que enquanto não forem colhidos todos os votos e finalizado o julgamento, todos os Ministros podem rever as posições adotadas e, via de consequência, alterar o teor dos votos proferidos.

Neste sentido, não há razão, sob o ponto de vista processual, para que seja efetuada a alteração do risco processual dos processos judiciais relativos à Imunidade Tributária, principalmente pelo fato de que a área jurídica da ECT continua trabalhando e fornecendo argumentos jurídicos e técnicos objetivando ao devido esclarecimento aos Ministros do STF e, via de consequência, buscando o acolhimento das teses da Empresa.

Ressalte-se que o processo em questão trata especificamente da tributação do item 95, da lista de serviço anexa ao Decreto-lei nº 406/68, com redação dada pela Lei Complementar nº 56/87, sendo que somente os processos que tenham idêntico objeto serão imediatamente impactados pela decisão. Outros itens da lista de serviço anexa à Lei Complementar nº 116, deverão ser discutidos individualmente para verificação da não incidência da imunidade tributária. Por fim, entende-se que também não é o caso de alteração do risco processual relativo aos processos de imunidade tributária, cujo fato gerador é o ICMS, posto que a discussão relativa a este imposto específico será tratada nos autos do Recurso Extraordinário nº 627051, o qual não teve seu julgamento iniciado junto ao STF.

14.3 - Tributos compensados: o montante de R\$ 120,7 milhões refere-se aos tributos não recolhidos (PASEP, COFINS e INSS) e compensados com créditos apurados em trabalho realizado pela IAB - Assessoria Tributária Ltda., em demanda judicial uma vez que a compensação foi indeferida.

	2011	2010
Tributos Compensados	120.750	117.745
PRECATORIOS/MANDADOS JUDICIAIS		
Precatórios (Não-Circulante)	1.962	2.665
TOTAL	1.962	2.665

* A reclassificação de 2010 está comentada na nota 3.

14.5 - Receitas Recebidas Antecipadamente - com saldo de R\$ 1.840,0 milhões corresponde ao recebimento, líquido das retenções tributárias, para acesso ao Banco Postal, mediante contrato firmado com o novo parceiro, o Banco do Brasil S/A. O reconhecimento no resultado será feito proporcionalmente ao tempo de vigência do contrato que é de 05 anos. Outras informações na nota 23.

NOTA 15 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

15.1 - Composição acionária do Capital Social:

CAPITAL SOCIAL	ACIONISTA
	Capital constituído integralmente pela União, na forma do Art. 6º do Decreto-Lei, nº 509, de 20 de março de 1969. No exercício de 2010, conforme Relatório 025/2010, o Conselho de Administração aprovou o aumento do Capital Social de R\$ 1.869 milhões para R\$ 2.919 milhões, com incorporação de reservas então existentes no valor de R\$ 1.050 milhões.
	O novo estatuto da ECT, aprovado pelo Decreto nº 7.483, de 16 de maio de 2011, determina que o Capital Social é de R\$ 1.869 milhões.
R\$ 2.264,9	A 1ª Assembléia Geral Ordinária, realizada em 29/06/2011, deliberou no sentido de retificar a aprovação anterior de aumento de Capital, aprovando apenas a capitalização de R\$ 201,3 milhões, fazendo com que o Capital Social integralizado em 31/12/2011 corresponda a R\$ 2.070,2 milhões. O valor remanescente da capitalização aprovada anteriormente (R\$ 848,8 milhões) foi repassado à União na forma de dividendos complementares, com a atualização monetária mencionada na nota 16.5.
	Em 2011, juntamente com a apresentação das demonstrações financeiras, é proposta a capitalização de mais R\$ 194,7 milhões, oriundos das reversas de investimento realizadas no decorrer do exercício, fazendo com que o Capital Social atinja o montante de R\$ 2.264,9 milhões.

15.2 - Reservas de Capital/Outras Reservas: o montante de R\$ 37,6 milhões refere-se ao recebimento de bens em doações de órgãos públicos anteriores à publicação da Lei nº 11.638/2007.

15.3 - Reservas de Lucros

15.3.1 - Reserva Legal: o valor de R\$ 279,3 milhões refere-se à parcela de 5% do lucro até 2011, destacada para constituição da Reserva Legal;

15.3.2 - Reserva para Investimentos: o Conselho de Administração aprovou a proposta orçamentária de Investimento no montante de R\$ 847,5 milhões para o Exercício de 2012, nos termos da Lei Orçamentária Anual (LOA). Diante deste contexto, foi proposta a constituição da Reserva de Investimento com o valor remanescente do resultado de R\$ 182,9 milhões. Ressalte-se que para o montante de investimentos realizados em 2011 foi proposta a capitalização da reserva, conforme nota 15.1, sendo o efeito líquido na reserva da ordem de R\$ 11,8 milhões a menos.

15.3.3 - Reserva de Lucros a Realizar: a Administração, considerando que o IRPJ/CSLL Diferidos embora computados no resultado do exercício, ainda não foram realizados do ponto de vista financeiro, isto é, não representam um acréscimo patrimonial em dinheiro ou em crédito realizável a curto prazo, constituiu Reserva de Lucros a Realizar no montante em que o reconhecimento contábil desse Ativo tenha influenciado o lucro líquido do exercício e por ajustes de exercícios anteriores, ou seja, R\$ 898,2 milhões, sendo futuramente objeto de destinação de dividendos na proporção de sua realização financeira.

NOTA 16 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

16.1 - Receita Bruta de Serviços e Vendas

As receitas operacionais são decorrentes das atividades postais de franqueamento, mensagem, marketing direto, encomenda, expresso, financeiro, conveniência, correio eletrônico, logística integrada, venda de material de consumo e outras receitas operacionais, no âmbito interno. É composta também pelas receitas internacionais, que são as decorrentes de postagens destinadas ao exterior e de serviços prestados mediante acordos com administrações postais e empresas.

16.2 - Receita Líquida de Vendas e Serviços

Atingiu em 2011 o montante de R\$ 13,2 bilhões. Levando-se em consideração os dez maiores destaques nas vendas, identifica-se que o Franqueamento Autorizado de Cartas e o SEDEX contribuíram com 34% e 28% da receita de vendas, respectivamente, situação esta, praticamente inalterada com relação a 2010.

RECEITA	2011	2011(%)	2010	2010 (%)
Franqueamento Autorizado de Cartas	4.307.587	34	3.908.926	34
Sedex	3.637.253	28	3.191.026	28
Contrato de Postagem	1.288.810	10	1.057.100	9
Selo Estampado	963.910	7	1.023.965	9
Marketing Direto Postal	612.991	5	627.509	5
Prático, Acessível e Confiável (PAC)	580.894	4	475.585	4
Malote/Serca	457.207	4	452.237	4
Filatelia	342.804	3	391.109	3
Banco Postal	322.883	3	321.923	3
Entrega de Livros (FNDE)	237.186	2	128.577	1
TOTAL	12.751.525	100	11.577.957	100

16.3 - Custos dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados
Os custos em 2011 atingiram R\$ 8,9 bilhões. Desse total, R\$ 5,4 bilhões são referentes a custo com pessoal e encargos e o restante foi distribuído, principalmente, entre custos de prestação de serviços de terceiros, transportes e material de consumo.

16.4 - Vendas

Representam os gastos de promoção, colocação, distribuição dos produtos/serviços, bem como os riscos assumidos pela venda, atingindo o valor de R\$ 1,5 bilhões.

16.5 - Encargos Financeiros Líquidos

Correspondem às despesas financeiras deduzidas das receitas financeiras. O quadro a seguir detalha a composição.

Encargos Financeiros Líquidos	2011	2010 (Reapresentado)*
Varição Cambial	(27.343)	(17.306)
Encargos de Financiamento Dívida Externa	(16.364)	(23.297)
Juros sobre Capital Próprio	(204.460)	(201.097)
Juros	(271.250)	(117.001)
Varição Monetária Passiva	(110.586)	(113.166)
Despesas Financeiras Diversas	(19.542)	(10.289)
Rentabilidade de Aplicações Financeiras	629.142	411.585
Varição Cambial	39.967	35.507
Receita de Variação Monetária	15.957	19.009
Outras Receitas Financeiras	26.242	16.055
Total	61.764	(26.988)

* Valores reapresentados conforme nota 3.

O incremento das receitas financeiras é reflexo, principalmente do aumento da rentabilidade de aplicações financeiras, em virtude da manutenção de um maior saldo aplicado, conforme nota 4.3.1. Além desta, a rubrica, é composta, em sua maioria, por juros e variação cambial.

As despesas financeiras diversas correspondem, principalmente, às multas e despesas bancárias incorridas e/ou pagas no exercício. O aumento do saldo pode ser atribuído aos juros incidentes sobre o pagamento adicional de dividendos à União, no valor de R\$ 138,9 milhões, conforme nota 15.1.

16.6 - Gerais e Administrativas

Representam os gastos, pagos ou incorridos, para direção ou gestão, e constituem-se de várias atividades gerais que beneficiam todas as fases do negócio. Atingiu o saldo de R\$ 2 bilhões.

16.7 - Outras Receitas e Despesas Operacionais

Referem-se aos ganhos ou perdas que decorrem de transações que não constituem atividades ordinárias, conforme a seguir detalhado:

OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS	2011	2010
Anuidade de ACFs	2.353	1.344
Aluguel de Imóveis	1.269	1.161
Taxa de Ocupação	454	685
Multas de Clientes	23.085	17.554
Multas de Fornecedores	59.225	39.411
Despesas Recuperadas	24.720	52.949
Dividendos/JCSP	95	153
Receita de Variação Monetária	227	4
Taxa de Concurso Público-Próprio	35.888	34.447
Taxa Permissão Unidades Terceirizadas	620	81
Taxa de Uso de Máquina de Franquear	3.261	-
Luvas - Banco Postal	70.958	69.557
Receitas Canceladas (C/R)	(37.864)	(7.777)
Outras Receitas Diversas	8.692	10.789
Receitas Não-Operacionais	18.290	5.437
Impostos vinculados à Receita	(74.039)	(24.070)
Prejuízos na Alienação de Bens	(1.882)	(1.919)
Outras	0	-
TOTAL	135.352	199.806

NOTA 17 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

a) Imposto de renda e contribuição social no resultado

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os tributos corrente e diferido. Os tributos sobre o lucro são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício nos mesmos períodos em que os ativos e passivos que geram esses efeitos foram contabilizados.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias federais publicadas e em vigência na data do balanço em que houve a geração do resultado tributável.

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro diferem do valor teórico que seria obtido com o uso das alíquotas nominais desses tributos, aplicáveis ao lucro antes da tributação, como segue.

Demonstrativo da Despesa de IR e CSLL

	2010	2011
Lucro antes do imposto de renda (IR) e da contribuição social (CSLL)	954.888	953.939
IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	(324.662)	(324.345)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes	28.962	9.579
Efeito do IRPJ e CSLL sobre as diferenças temporárias	(50.606)	29.093
Despesa Contabilizada		
Adições	445.848	490.578
Exclusões	395.242	461.485
Patrocínio Incentivado	2.214	2.719
Programa Alimentação do Trabalhador (PAT)	7.073	7.302
Total IRPJ e CSLL	(337.019)	(275.652)
Imposto de renda/contribuição social diferidos	50.606	128.818
Imposto de renda/contribuição social correntes	(387.625)	(404.470)

b) Imposto de renda e contribuição social no diferidos

Os valores de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL diferidos são provenientes de diferenças temporárias, de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa. A seguir o detalhamento:

Ativo Fiscal Diferido	Período Anterior 2010	31/12/2010 Saldo	31/12/2011 Constituição	31/12/2011 Baixa	31/12/2011 Saldo	Período 2011
Diferenças Temporárias	50.606	769.394	490.578	461.485	798.487	29.093
Ação de Cobrança de Fornecedores	-	54.944	941	-	55.885	-
Contingências Trabalhistas	-	78.333	17.228	17.919	77.642	-
Fornecedores Provisão	-	82.286	392.070	363.544	110.812	-
Reservas a Amortizar - Postais	-	456.462	-	-	13.844	442.618
Outras Provisões	-	97.368	80.339	66.178	111.529	-
Prejuízo/Base negativa	-	-	99.725	-	99.725	99.725
Créditos Tributários Ativos	50.606	769.394	590.302	461.485	898.211	128.818
CSLL	13.396	203.663	156.267	122.158	237.772	34.109
IRPJ	37.210	565.731	434.036	339.327	660.439	94.709

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo será ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. Em 2011, a projeção de lucros para os próximos exercícios pode ser resumida como segue:

	Valores em milhões de reais				
	2012	2013	2014	2015	2016
	883	1.050	1.140	1.349	1.566

Corroborando com a expectativa de resultados futuros, há também o histórico de rentabilidade dos últimos exercícios:

	Valores em milhões de reais				
	2006	2007	2008	2009	2010
	527	829	801	118	827

NOTA 18 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

18.1 - Reservas de Capital

Teve apenas uma pequena movimentação de baixas de bens doados em 2011, fazendo com que seu saldo se mantivesse praticamente inalterado, correspondendo a R\$ 37,6 milhões.

18.2 - Reserva Legal

Seu saldo inicial de R\$ 250,8 milhões foi acrescido de R\$ 28,5 milhões referente à destinação de 2011 e finalizou com R\$ 279,3 milhões.

18.3 - Reserva para Investimentos

Foi constituída a importância de R\$ 183,9 milhões e proposta a capitalização de R\$ 194,7 milhões, o que ocasionou redução de R\$ 11,8 milhões conforme nota 15.3.2.

18.4 - Reserva de Lucros a Realizar

Considerando que o IRPJ/CSLL Diferidos embora computados no resultado do exercício, ainda não foram realizados do ponto de vista financeiro, isto é, não representam um acréscimo patrimonial em dinheiro ou em crédito realizável a curto prazo, constituiu Reserva de Lucros a Realizar no montante de R\$ 769,4 milhões até 31/12/10, com acréscimos de R\$ 128,8 milhões no exercício de 2011.

NOTA 19 - DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA

19.1 - Provisão para Perdas com

NOTA 20 – DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
20.1 – Reapresentação de 2010

Tendo em vista a necessidade de melhor representar os saldos, bem como os ajustes mencionados na nota 3, o fluxo de caixa do exercício de 2010 foi reapresentado. Os itens que foram afetados estão demonstrados a seguir:

	2010 (publicado)	2010 (Reapresentado)	Diferença
1 – ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro Líquido do Período	826.947	818.966	(7.981)
Itens de Resultado que não interferem no Caixa			
Baixas do Imobilizado/Intangível	3.665	3.562	(103)
Juros sobre Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	1.963	1.963
Mutações Patrimoniais			
Aumento de Créditos	(186.752)	(169.074)	17.678
Diminuição das Provisões/Mandados e Precatórios	-	(113.702)	(113.702)
Diminuição de Outros Valores e Bens acrescidos da variação do Realizável a Longo Prazo	86.793	(107.211)	(194.004)
Diminuição dos Fornecedores	(5.297)	(2.587)	2.710
Aumento das Obrigações acrescidas da variação do Não-Circulante	86.450	213.386	126.936
(=) Caixa Líquido da Atividade Operacional	1.311.816	1.145.315	(166.501)
2 – ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aplicações no Imobilizado/Intangível	(76.298)	(244.799)	(168.501)
(=) Caixa Líquido das Atividades de Investimento	(212.790)	(381.290)	(168.501)
3 – ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Transferências para a União – Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	(392.800)	(57.798)	335.002
(=) Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	(641.227)	(474.726)	166.501

NOTA 21 – SEGURO DOS BENS

A ECT não mantém política de contratar seguros para os seus bens móveis e estoques mantidos nos Centros de Distribuição, tendo em vista a expectativa do custo não cobrir o benefício que se possa ter com adoção desse instrumento, exceto pelos quatro imóveis (prédios) vinculados à Administração Central, localizados em Brasília/DF, que são acobertados por seguros contra incêndio, raio, explosão e alagamento (este último, somente para o edifício sede):

IMÓVEL	SEGURADORA	VALOR SEGURADO
Edifício Sede	Allianz Seguros S/A	147.998
Edifício Apolo	Mapfre Vera Cruz Seguradora	3.377
Edifício Pasteur	Ace Seguradora S/A	6.521
Universidade Correios	Ace Seguradora S/A	20.889

 Wagner Pinheiro de Oliveira
 Presidente

 Luis Mario Lepka
 Vice-Presidente Econômico-Financeiro

 José Furian Filho
 Vice-Presidente de Negócios

 Antônio Luiz Fuschino
 Vice-Presidente de Tecnologia e Infra-Estrutura

 Nelson Luiz Oliveira de Freitas
 Vice-Presidente de Administração

 Larry Manoel Medeiros de Almeida
 Vice-Presidente de Gestão de Pessoas

 José Eduardo Xavier
 Vice-Presidente de Operações

 Jefferson Carlos C. Guedes
 Vice-Presidente Jurídico

 Maria da Glória G. dos Santos
 Vice-Presidente de Rede e Relacionamento com os Clientes

 Hudson Alves da Silva
 Contador CRC/DF 14022/O-9

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionista da
EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS - ECT Brasília/DF

Examinamos as demonstrações financeiras da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras

A administração da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT é responsável pela elaboração e adequada apresentação destas demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras, com base em nossa auditoria, conduzidas de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores, e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente, se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT. Uma auditoria inclui também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Base para Opinião com Ressalvas

Conforme mencionado nas notas 5.5 e 13.8, a ECT possui registrado no ativo circulante o montante de R\$ 11.941.023,35 como débitos internacionais a receber, e no passivo circulante o montante de R\$ 52.521.929,92 como contas internacionais a pagar, para as quais, por dificuldades na geração e manutenção de controles internos, a Empresa não consegue demonstrar a adequação da composição desses saldos contábeis, respectivos devedores/credores, as liquidações subsequentes e a comparabilidade dos referidos saldos com as operações efetivamente realizadas/contratadas até 31 de dezembro de 2011, motivo pelo qual não nos foi possível opinar sobre a adequação desses saldos e possíveis reflexos nas demonstrações financeiras.

Conforme mencionado na nota 9.3, a ECT possui registrado no ativo não-circulante o montante de R\$ 102.420.954,10, referente a depósitos judiciais, recursais e administrativos, para fazer face às demandas em que a ECT figura como réu. Considerando que nossos exames evidenciaram inconsistências entre o controle interno e o saldo contábil, não nos foi possível opinar sobre a adequação desse saldo e possíveis reflexos nas demonstrações financeiras.

Com relação aos veículos, existe apólice específica com a empresa Liberty Seguros relativa à responsabilidade civil por danos materiais e corporais dos 68 veículos que transitam nos aeroportos administrados pela Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária – INFRAERO, cujo limite máximo de indenização (LMI) é de R\$ 136 milhões.

NOTA 22- OUTRAS INFORMAÇÕES

O Plano de Cargos e Salários e de Benefícios e a legislação específica estabelecem os critérios para todas as remunerações atribuídas aos dirigentes e empregados.

No exercício de 2011, a maior e a menor remunerações sem vantagens atribuídas aos empregados ocupantes de cargos permanentes relativas ao mês de dezembro, foram de R\$ 13.772,55 e R\$ 942,75, respectivamente. Considerando o benefício vale alimentação/refeição, essas remunerações passam para R\$ 14.487,55 e R\$ 1.657,75, respectivamente. A remuneração média sem vantagens do exercício de 2011 foi de R\$ 1.598,70 para os empregados e R\$ 33.917,33 para os dirigentes.

A ECT não concede benefícios aos administradores, exceto, a participação nos lucros. Aos empregados são concedidos, além do previsto na legislação trabalhista, a participação nos lucros e assistência médica para empregados aposentados.

22.1 - Assistência Médica e Promoção à Saúde

Por ser uma operadora de autogestão patrocinada singular/RH está desobrigada de enviar informações econômico-financeiras à Agência Nacional de Saúde, contudo deve apresentar as despesas de prestação de assistência à saúde de forma separada em suas demonstrações financeiras. Nesse contexto, discriminamos a seguir tais despesas:

Rubrica	2011	2010
Taxa de Saúde Suplementar – SUS		(57)
Serviço Médico Social – Pessoa Física	32.529	31.782
Serviço Médico Social – Pessoa Jurídica	595.187	502.965
Promoção à Saúde e Segurança	1.976	1.635
Serviço Médico Aposentados	77.277	58.161
Auditoria Médica	1.254	543
TOTAL	708.166	595.086

NOTA 23- EVENTOS SUBSEQUENTES

A partir do exercício de 2012, o Banco Postal terá um novo parceiro: o Banco do Brasil S/A.

Respaldo nas Resoluções nº 3.954/2011 e 3.959/2011 do Conselho Monetário Nacional – CMN e na Portaria nº 588/2000 do Ministério das Comunicações, os Correios firmaram, em 01/07/2011, contrato de serviço de correspondente com o Banco do Brasil S/A com vigência a partir de janeiro de 2012. O valor da transação foi de R\$ 2,3 bilhões referente a acesso ao negócio, mais R\$ 500,0 milhões (aproximadamente) por uso das agências. O contrato será de 5 anos podendo ser prorrogado por igual período.

Conforme pode ser observado no contido na nota 2.14 a ECT continuou considerando, de maneira geral, as taxas de depreciação admitidas pela legislação tributária sem a prática de revisão periódica das estimativas de vida útil e determinação de valor residual, que são fundamentais para definição do montante a ser depreciado segundo a NBC TG 27 - ativo imobilizado.

Conforme mencionado na nota 14.2, existem provisões constituídas em relação às demandas judiciais cíveis, trabalhistas e tributárias ajuizadas contra a ECT, no montante de R\$ 450.482.503,55, bem como divulgação de outras demandas judiciais e administrativas nas esferas cíveis, trabalhistas e tributárias, no montante aproximado de R\$ 4,592 bilhões, para as quais os consultores jurídicos da ECT avaliaram como perda possível. As políticas e procedimento da ECT fixam que somente haverá provisão efetiva de passivos envolvendo débitos fiscais, com o recebimento da citação para realizar os pagamentos, fruto das sentenças já com trânsito em julgado, fazendo com que a grande maioria das demandas tributárias seja classificada automaticamente como de risco remoto pelos consultores jurídicos, logo esses procedimentos não atendem as regras de mensuração, reconhecimento e divulgação fixados na NBC TG 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Opinião com Ressalva

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos no parágrafo sobre a base para opinião com ressalvas, as demonstrações financeiras acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e as seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Existem ativos na ECT com valor contábil substancialmente depreciado, ou mesmo, igual a zero, e que continuam em operação e gerando benefícios econômicos, contudo, dentre as práticas contábeis, a Empresa ainda não optou pela adoção de custo atribuído a seus ativos imobilizados, conforme divulgado na nota 2.14.

Outros Assuntos

Nossos exames foram conduzidos com o objetivo de emitir parecer sobre as demonstrações financeiras básicas tomadas em conjunto. A demonstração do valor adicionado, apresentada para propiciar informações suplementares sobre a Empresa, não é requerida como parte integrante das demonstrações financeiras básicas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A demonstração do valor adicionado foi submetida a procedimentos de auditoria e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Curitiba, 06 de março de 2012.

Pedro Nunes de Gouveia
 Contador CRCPR Nº 022.632/ O-9 S-DF

Paulo Sergio da Silva
 Contador CRCPR Nº 029.121/O-0 S-DF

RUSSELL BEDFORD BRASIL – AUDITORES INDEPENDENTES
 CRCPR Nº 002.906/ O-5